

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2019

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, verificou-se a ausência da Sra. Deputada Eliana Cristina Leal Mendes Cardoso, que se fez substituir por Rogério Lima. Os Srs. Deputados Filomena Margarida Gonçalves Marques, António Samuel Lopes Fernandes da Cunha e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, que não estavam presentes no momento da chamada, chegaram, respetivamente, às 14h39, 14h52 e 15h29.-----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues e Luís Azevedo. -----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Srs. Secretários Mário Vaz e Denisa Simão. -----

Verificada a existência de “quórum” foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 14.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

PONTO UM: Exposição do Sr. Presidente da Câmara; -----

PONTO DOIS: Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

PONTO TRÊS: Pacote fiscal para 2020 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem; -----

PONTO QUATRO: Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020; -----

PONTO CINCO: Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para a “Requalificação da Via Municipal com Acesso ao Santuário da Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro – 2019/II/16”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos do art.º 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; -----

PONTO SEIS: Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Rua da Arcã – 2019/II/91”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos do art.º 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; -----

PONTO SETE: Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Área Envolvente ao Plátano de Alijó –

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

2018//1”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

PONTO OITO: Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Plano de Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável – Ciclovia do Campo Meão – 2019//74”, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

PONTO NOVE: Presente a 34.ª modificação aos DP2019 – Revisão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09; -----

PONTO DEZ: Presente Alteração ao Plano Diretor Municipal de Alijó – Relatório de Ponderação da discussão pública. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS** -----

PRESIDENTE DA MESA: Passo a cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, e em especial o público. -----

Passo a colocar à vossa consideração a aprovação da ata da Sessão Ordinária de dia trinta de setembro. Solicito aos Srs. Deputados que pretendam fazer algum comentário ou intervenção neste contexto, para que o façam, por favor. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Boa tarde. Aqui cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, e ao fazê-lo, quero que todos se revejam neste cumprimento. Portanto, quando digo todos, toda a gente que está nesta sala. -----

Aqui é mais um esclarecimento do que qualquer coisa que não esteja assim tão bem. O que quero dizer é que, na última Assembleia, em que os senhores engenheiros da Quercus vieram dar um esclarecimento, um esclarecimento bastante acentuado, queria dizer que se eu tinha algumas dúvidas, desta vez fiquei esclarecido. E é no que concerne à Freguesia de Vila Chã. Ora, têm dito insistentemente que Vila Chã é uma freguesia de terceira prioridade, e estes senhores da Quercus que estiveram aqui e que até, segundo está plasmado na ata, foram daqui muito satisfeitos porque foram muito bem tratados, ao contrário dos reparos que foram feitos pelo Sr. Presidente. Eles também disseram que Vila Chã é uma freguesia de primeira prioridade. Como é que pode ser para os elementos da Quercus, particularmente o Eng.º Branco, que afirmaram que Vila Chã é de primeira prioridade, porque é que continuamos a assistir a este embuste de que Vila Chã é de terceira prioridade? Era só isto que eu queria dizer. Está aqui na ata, pode ver, na intervenção da resposta do Eng.º Branco.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra. Deputada Maria de Jesus Elias.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS): Boa tarde a todos. É só para dizer que a minha intenção de voto sobre a ata vai ser uma abstenção, uma vez que não estive presente na última Assembleia. Muito obrigada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Eu ia chamar a atenção para isso mesmo. Quando formos votar a ata, quem não esteve presente não deve pronunciar-se. Portanto, não se registando mais intervenções dos Srs. Deputados, colocava à votação a ata de trinta de setembro. -----

A ata é aprovada, sem votos contra, com quatro abstenções dos Srs. Deputados que não marcaram presença na sessão anterior: Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Rui Francisco Morais Lopes, António Samuel Lopes Fernandes da Cunha e Fernando Gerardo Alves de Sousa. -----

PRESIDENTE DA MESA: Temos hoje a oportunidade de discutir publicamente aqui na Assembleia Municipal os Documentos Previsionais e as Opções do Plano para 2020. Esta é uma sessão de extrema importância, pelo que solicito que esta discussão seja feita com elevação e incida sobre as opções políticas do Executivo Permanente. Esta é apenas a minha recomendação de hoje. -----

O segundo ponto, eu queria propor aqui um voto de pesar pelo falecimento do pai da nossa Deputada e Presidente da Junta de Santa Eugénia e ex-funcionário da Câmara Municipal de Alijó, o Sr. João Teixeira Martins. Queria propor este voto de pesar. -----

O Sr. Deputado António Fernandes pede a palavra. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Claro está que nos vamos congratular com este voto de pesar. Mas também pela figura relevante que foi em Alijó, uma pessoa muito popular e até com pergaminhos de ajudar no campo da caridade e da solidariedade, nesta sede de concelho, também daríamos um voto de pesar aos familiares de uma senhora, peculiar como era, e o Sr. Presidente se calhar também a conhecia, que é a Maria Cândida Carva Vassal, uma figura deste concelho, que todos conhecemos, e eu pedi a palavra para acrescentar mais este nome, e pô-lo à consideração desta Assembleia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação os votos de pesar, tendo sido aprovados de forma unânime pela Assembleia Municipal. -----

Aproveito para dar nota da correspondência rececionada aqui nos serviços da Assembleia Municipal, que está disponível para consulta pelos Srs. Deputados. -----

Uma primeira resposta foi a da ARS Norte, que tem a ver com a apreciação que aqui foi feita, na Assembleia Municipal, sobre o Plano Local de Saúde. A resposta que nos foi dada foi que achavam interessante mas a oportunidade não era esta, porque estão a desenvolver um trabalho sobre o Plano Local de Saúde de 2020. Estará em finalização. Portanto, nessa altura terão todo o prazer em vir apresentar os dados deste trabalho. -----

Uma outra receção também do INE, e pedia para que fosse disponibilizado aos Srs. Deputados a informação sobre os rendimentos do nosso concelho face ao Douro, face à Região Norte e face a Portugal. Portanto, é uma informação estatística dos rendimentos do nosso concelho versus estes três níveis de localização: Alijó, Douro, Norte e o Continente. Isto vai ser disponibilizado. Acho que é uma informação importante. Lamentavelmente, não nos coloca na melhor das posições. A informação versa o IRS pessoal, das pessoas do nosso concelho. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão recebemos uma comunicação em que eles, a Assembleia Municipal, votaram favoravelmente o apoio à criação do Centro Interpretativo do Estado Novo em Santa Comba Dão. Portanto, dou-vos apenas conhecimento da pronúncia favorável dos nossos congéneres de Santa Comba Dão. -----

Dar-vos conhecimento também da convocatória da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o XXIV Congresso, que se vai realizar em Vila Real, nos próximos dias sexta e sábado, onde estaremos presentes. -----

Recebemos, e fará parte da Ordem do Dia, a proposta de Orçamento, as Grandes Opções do Plano para 2020. -----

As atas de reunião do Executivo, de uma forma geral, que o Sr. Presidente da Câmara nos reencaminha periodicamente. -----

Passo então a abrir o período de antes da ordem do dia, solicitando aos Srs. Deputados que pretendam intervir, para se inscreverem. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Uma vez que, em princípio, esta é a última reunião da Assembleia Municipal antes do Natal, antecipadamente quero fazer votos para que passem um Natal Feliz, juntamente com os seus familiares, e que o ano de 2020 seja um ano próspero e seja melhor do que foi este ano. -----

Depois, sendo eu um socialista convicto, um homem que defende a ideologia do socialismo democrático porque acredita nos valores perflhados pelo Partido Socialista, quero-me congratular com a vitória do Partido Socialista nas últimas eleições legislativas, e portanto da Esquerda no seu conjunto, e também pela vitória do Partido Socialista aqui no Concelho de Alijó. Foi uma circunstância que me deixou imensamente feliz. -----

Na passada semana, do meu ponto de vista, e não só, porque há muito mais gente que me acompanha a ter esta visão, morreu um grande homem da cultura portuguesa – José Mário Branco. Um homem que lutou pela liberdade antes do 25 de Abril. Um homem que, mesmo depois do 25 de Abril, tal como a canção que ele compôs, - "Inquietação" – um homem sempre inquieto, um homem que se posicionou sempre pelos valores democráticos da justiça, que se opôs terminantemente contra várias situações, como o nepotismo, que se vai vendo muito nepotismo, principalmente nas autarquias locais, e por aí fora. Portanto, a minha homenagem a este grande homem, José Mário Branco. -----

Eu queria dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que queria começar a minha intervenção com os cinco minutos que me confere o Regimento. -----

Depois, dizer que, no próximo dia 8 de dezembro, a Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua vai perfazer 220 anos de existência, que em princípio serão antecipados para dia 7 com um concerto na Igreja Matriz, como vem sendo hábito. Quero fazer votos para que esta Instituição, que tem tido uma importância capital em termos históricos, em termos de formação musical, em termos de cultura, e é, provavelmente, o representante máximo, a embaixatriz do nosso concelho noutras regiões, ao nível cultural, permaneça pelo menos durante mais 220 anos de existência. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Depois, fazer aqui alguns reparos em relação a circunstâncias várias, que ao longo dos últimos tempos, tenho notado, e que estão mal, e que devem ser melhoradas. -----

Ainda recentemente passei na estrada que liga o Franzilhal ao Amieiro e deparei-me com o estado deplorável daquela estrada. Portanto, sugeria a este Executivo para que esta situação fosse reparada. Aliás, ironicamente, quando foi o governo da *troika*, em que houve uma reformulação das juntas de freguesia, precisamente o fundamento que é apresentado, o fundamento central para que Carlão e Amieiro passassem a ser uma União de Freguesias, era o bom acesso rodoviário, coisa que não corresponde minimamente à verdade. -----

Depois uma outra situação, que tem a ver com o Miradouro do Ujo. Que eu saiba, existe lá um painel solar para que à noite tenha mais luminosidade. Que eu saiba, só funcionou dois ou três dias, logo no início. Portanto, desde a inauguração até à data, esse painel solar não funciona. Seria acertado e de bom-tom que esse painel fosse reparado, que era para que as pessoas que o vão visitar à noite, porque vão, eu próprio já vi várias vezes, pudessem desfrutar daquele miradouro em pleno, da parte da noite. -----

Outro assunto, já o aqui trouxe variadíssimas vezes, e também já aqui, enquanto as situações não forem resolvidas, eu não me vou cansar de bater nelas. Estou a falar concretamente do saneamento na Avenida do Areal. Logo na primeira reunião deste mandato desta Assembleia Municipal, coloquei aqui a questão do saneamento na parte final da Avenida do Areal. O Sr. Presidente, de reunião em reunião da Assembleia Municipal, vem-me vindo a dizer que o projeto e não sei quê... Conclusão, até à data não vi nada, e portanto continuo a insistir que é urgente que o saneamento desta avenida venha a ser uma realidade. -----

Outro assunto, Bairro Social em São Mamede. Também já o aqui disse, já perguntei o estado em que se encontra aquele bairro social. É do conhecimento do Executivo, é do conhecimento dos técnicos da área social, o estado deplorável, lastimável, inumano em que as pessoas vivem. É urgente a reparação daquele bairro social, até porque também como já disse, as pessoas pagam para estar lá. É a Câmara Municipal ou o Município que recebe essa renda, digamos assim. Portanto, existem todas e mais algumas razões para que a reparação deste bairro social seja uma realidade efetiva. Está na hora de arregaçar as mangas e deitar mãos à obra. Inclusivamente o muro que caiu, vai fazer agora um ano no Natal, continua exatamente no mesmo estado em que se encontrava quando caiu o ano passado, em dezembro. -----

Depois, em relação ao Teatro Auditório Municipal. Todos nós sabemos aquilo que se passou no Executivo anterior. Esteve praticamente fechado durante os quatro anos do Executivo. Entretanto, este Executivo tomou posse e houve lá algumas manifestações culturais de relevo, e eu estive lá. Portanto, achei que estava a ser interessante toda aquela movimentação cultural que ali se estava a processar. Bem, de repente fecha-se o Auditório e não sabemos quando é que ele vai reabrir. Eu espero bem que esta circunstância não venha a ser uma réplica daquilo que se passou no mandato anterior. Portanto, relativamente a esta questão, aqui todos nós sabemos, por altura do Natal, também do Ano Novo, ou dos Reis, tem havido concertos, ou pela Banda de Música de São Mamede de Ribatua, ou pela Banda de Música de Carlão, e sabemos a felicidade que é para as pessoas que ali vão

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

assistir a esses concertos, e sabemos que esgota a lotação. É de facto um momento alto da cultura do Concelho, ali no Auditório. Eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara ou à Sra. Vereadora da Cultura se este concerto se vai ou não realizar no Teatro Auditório Municipal? E se, eventualmente, não se realizar, se há outras alternativas. Era bom que, se ele não se pudesse realizar no Auditório, ele fosse transferido para um outro local, para uma outra sala, fosse lá onde fosse, desde que fosse no Concelho de Alijó. -----

Depois, já aqui coloquei esta questão, e volto à carga com ela, relativamente ao Relatório da Comissão do Património. Há lá um conjunto vasto de sugestões, e portanto pergunto eu a este Executivo Municipal o que é que já têm na forja para pôr em marcha, para pôr em desenvolvimento. -----

Por último, e para terminar, em vulgo de outras matérias, esta eu não me canso, não me cansei durante quatro anos, não me canso novamente neste mandato, que é o Posto de Turismo do Pinhão. O Sr. Presidente está a seguir o mesmo trilho, com os mesmos passos, que seguiu o anterior presidente da Câmara. "Vai ser na data XI!" De reunião em reunião, vem sempre dando uma desculpa esfarrapada e depois, na prática, nada disso acontece. O Sr. Presidente prometeu, disse-o, está registado em ata, que até ao final deste ano, 2019, o Posto de Turismo ia reabrir, ia abrir com a dignidade que merecia e estar à altura das circunstâncias. Pois bem, o Posto de Turismo encontra-se fechado. -----

Concluindo e resumindo: este Executivo faz uma gestão do Município, uma gestão tipo merceeiro. É aquilo que é corrente, aquilo que é banal, aquilo que é normal. Políticas a sério, políticas positivas, que ponham o concelho na senda do desenvolvimento, não vejo, zero. -----

PRESIDENTE DA MESA: Antes de passar a palavra ao Deputado Rui Lopes, queria fazer aqui uma menção à votação da ata. Segundo o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita. Ou seja, não participam na votação, não votam. -----

Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Sr. Presidente da Câmara aproveito para o parabenizar pelo seu aniversário de ontem, 25 de novembro. E é isto que me traz aqui também, o 25 de novembro. -----

Para que o 25 de Novembro não caia no esquecimento. A história de um povo é a sua identidade. Comemoramos hoje (ontem) o 44º aniversário do 25 de Novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado no 25 de Abril. O "25 de Novembro", ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. -----

Importa referir que o 25 de Novembro não foi contra o 25 de Abril. Antes pelo contrário, é o cumprimento do 25 de Abril, é o que garante cumprir a esperança que o 25 de Abril lançou nos termos de uma democracia pluralista, de tipo ocidental, com partidos democráticos, com liberdade de expressão, sendo por isso uma data simbólica. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de quarenta anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. -----

Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e três anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. -----

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento. -----

Viva o Concelho de Alijó, viva Portugal! -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Eu só queria pedir-lhe ou solicitar que, temos aqui a nossa freguesia muito às escuras, portanto, com muitos pontos de luz e em quase todas as ruas. Em especial pedir ao Sr. Presidente que temos ali junto à árvore grande um ponto de luz que está fundido, mas além disso temos naquele espaço envolvente, temos três focos, que era costume vê-los acesos todas as noites, que é um que está dirigido à Junta de Freguesia, outro que está dirigido ao Palácio da Justiça, outro à Biblioteca Municipal, e outro ainda, mais pequeno, àquela placa alusiva aos 150 anos da árvore grande. Portanto, eu gostava de realmente ver aquilo mais iluminado, porque está ali um espaço muito escuro, e eu penso que não há necessidade, e fica muito melhor. Também temos mais uns focos ali na Granja, junto ao Polivalente, que eu penso que também se podiam recuperar. Além disso, aquele polivalente, eu gostava imenso que de vez em quando houvesse cuidado de o limparem. Para já era só isto, obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Cumprimenta os presentes. -----

Para apanhar aqui a intervenção do Alípio Alves, também em São Mamede existem pelo menos duas lâmpadas públicas na Rua António Marinho, pelo menos duas, não sei se há mais; mas são duas seguidas, e o impacto, embora seja um bocado puxar a brasa à minha sardinha, uma delas é junto de minha casa, e tenho de ter a de minha casa acesa para ver. Foi só para apanhar o discurso do Sr. Deputado Alípio Alves. -----

Em seguida, queria apanhar um assunto que foi aqui destilado por mim, relativamente ao saneamento da Rua Carlos Agrelos. Na altura, o Sr. Presidente respondeu-me, e eu fiquei na dúvida, porque conheço a freguesia de São Mamede de Ribatua, e disse-me haver uma fossa, ter conhecimento de haver uma fossa, que é possível ligar para lá e evitar portanto os despejos na Ribeira de São Mamede. Com o devido respeito, se tem esse conhecimento, eu muito grato ficaria se me dissesse qual é, e se também, se achar que há alguma incongruência neste assunto, para a esclarecer. Também relativamente ao tal coletor do Bairro do Areal, se de facto já tomou as medidas que disse que ia tomar. E é só isto. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra. Deputada Aurelina Pereira.-----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

No passado dia 11 de novembro comemorou-se, pela quinquagésima nona vez, o feriado municipal, o Dia de São Martinho. Felicito a Câmara Municipal pela forma como este dia, que é também o Dia do Município, foi celebrado. Agradecer o convite que foi endereçado à Freguesia de Alijó para participar no mesmo. Foi de facto gratificante verificar que todas as freguesias estiveram presentes neste dia. Sem dúvida, foi através da mostra dos usos e costumes das suas gentes, da prova dos seus produtos endógenos, das diversas provas gastronómicas e vínicas, que este dia se tornou um dia de festa onde reinou a união e a partilha entre as freguesias e a população. Não podemos esquecer a dinamização cultural que decorreu durante o dia, feita pelo Grupo de Zés Pereira de Sanfins do Douro, pelos Ranchos Folclóricos do Pinhão, Castedo e Alijó. -----

Por fim, desejar a todos votos de boas festas e um ano de 2020 próspero.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Começo por informar a Mesa que também pretendo utilizar os cinco minutos regimentais a que tenho direito, e depois entrarei no tempo da bancada. -----

Queria começar por associar o Partido Socialista e esta bancada do Partido Socialista de Alijó, ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que foi criado e comemorado ontem, e ao qual muitas câmaras municipais no nosso país se solidarizaram. Também várias instituições de renome nacional, tal como a PSP, GNR, tribunais, ou seja, forças de segurança e quase todas as entidades do Estado. Lamentar, mais uma vez, este tipo de violência, que até ao dia de hoje, se não estou enganado, fez perto de quarenta vítimas no nosso país. É de lamentar tal situação nos dias de hoje. -----

Depois, queria também dar uma nota da realização do Congresso da Associação Nacional de Municípios no nosso distrito, em Trás-os-Montes, na cidade de Vila Real. Queria desejar os maiores sucessos para o mesmo, e para que mostrem também ao país de que fibra são feitos os transmontanos. Sabem receber, sabem organizar, e com certeza vai ser um Congresso muito profícuo para o nosso distrito, e também para o nosso Município. Espero também que os elementos que foram eleitos por esta Assembleia Municipal e também os que são inerentes à mesma, levem efetivamente a este Congresso vários problemas do nosso concelho e tentem agir e incluir soluções para os problemas que nos assolam todos os dias. Portanto, desejar os maiores sucessos para o mesmo. -----

Depois, e não podia deixar de comentar aquela carta, que eu tive conhecimento há pouco, que o Sr. Presidente recebeu da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão. Reconheço-o como sendo um órgão eleito democraticamente pela nossa democracia. No entanto, quero repudiar a atitude da criação, ou seja, da votação que eles fizeram em criar no concelho de Santa Comba Dão um museu do Estado Novo. Ou seja, no fundo, vai ser um museu de exaltação de alguns saudosistas de um Estado que governou o nosso país durante alguns anos e que reprimiu fortemente as populações, chegando, inclusive, alguns cidadãos a pagar com a própria vida pelo facto de pensarem de maneira diferente. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Peço desculpa por estar um bocado emocionado com isto, eu não (que tive a felicidade de nascer depois do 25 de Abril), mas tenho na família vários casos, alguns infelizmente já não estão entre nós, que sofreram diretamente repressão por pensarem de maneira diferente. Isto mexe um bocado comigo porque cresci em democracia, mas os meus familiares e muitos conterrâneos do nosso concelho, muitos portugueses, sofreram diretamente na pele só pelo facto de pensarem de maneira diferente e quererem evoluir o nosso país e quererem outro regime. Portanto, eu não posso concordar. -----

Com certeza que a bancada do Partido Socialista não está de acordo com esta criação, e queria repudiar a atitude do órgão democrático que teve para com esta situação. Reforço novamente que isto vai ser apenas um museu que vai servir meia dúzia de saudosistas que se governavam com o Estado Novo e que não permitiam que outras pessoas tivessem uma vida digna. Lamento tal decisão.-----

Depois, queria passar para mais um ato democrático que tem a ver com o reforço da vitória que o PS teve, no passado dia seis de outubro, a nível nacional nas eleições legislativas. Não só foi a nível nacional, foi também a nível concelhio, uma grande vitória do PS, e que levou, e eu peguei apenas numa pequena parte da criação deste Governo, mas é um claro sinal do nosso Governo para com o Interior, que tem a ver com a criação do Ministério da Coesão Territorial. O Governo está claramente a dar um sinal que pretende mudar a política do Interior para a valorização dos territórios de baixa densidade populacional, no qual nós estamos incluídos. Portanto, não é apenas este sinal do Governo que é necessário, também é necessário que os municípios que fazem parte destes territórios se associem ao mesmo e que não estejam à espera que lhe dêem alguma coisa. Que façam, que sejam proactivos, que vão também em busca de alguma coisa para melhorar esta situação que existe no nosso país e que nos está a trazer muitos constrangimentos. -----

Depois, e mais virados aqui para a política municipal, queria dar uma nota de uma situação que já foi debatida aqui no último mandato com o Presidente da Câmara em exercício, e que tem a ver com a situação das coberturas de fibrocimento dos estabelecimentos escolares do Concelho. E falo concretamente do estabelecimento da Escola Primária de Pegarinhos. Tem uma cobertura em fibrocimento, que pode conter amianto, que todos sabemos que é muito prejudicial para a saúde pública, e que há seis anos atrás, penso eu, Sr. Presidente, tivemos aqui este debate sobre este assunto. Até hoje, não foram tomadas medidas para a sua substituição. Pese embora o Governo, neste espaço de tempo, já ter pelo menos criado três programas que podiam ter sido aproveitados para o mesmo. Portanto, penso que está na calha mais um programa de substituição de fibrocimento nos estabelecimentos de ensino. Era agora de agarrar este programa e finalmente substituir aquela cobertura da escola.-----

Depois, queria dar também uma nota genérica da rede viária municipal. Sr. Presidente, efetivamente a rede viária municipal tem alguns troços que já têm vindo aqui a ser falados em várias sessões da Assembleia Municipal, que estão em muito mau estado. Necessitam urgentemente de uma correção e já vem de há muito tempo. A mesma coisa com os caminhos vicinais. Os caminhos vicinais estão muito degradados. Eu sei que as competências dos caminhos vicinais foram transferidas para as juntas de freguesia, e vou falar disto apenas de uma forma genérica, mas no entanto nota-se que não é suficiente a

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

verba distribuída pelas juntas de freguesia para reparar os caminhos vicinais. Estou a falar só da maior fonte económica do nosso concelho, ao qual quase nós todos temos envolvimento no nosso concelho. E de momento, penso que era só. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Muito boa tarde, mais uma vez. Queria começar esta minha intervenção por, como é óbvio, e quem me conhece sabe que aquilo que me compete, é a mim que eu chamo a responsabilidade, e é isso que eu quero fazer. Enquanto Presidente da Comissão Política, mau seria, por um lado, se não estivesse feliz com a vitória alcançada pelo Partido Socialista neste concelho. Sei que podem minorar ou apoucar dizendo que era uma eleição nacional. Até pode ser uma eleição nacional, mas quem votou foram as pessoas deste concelho. Estranho que outras forças políticas, que não tenham a coragem de dizer e de louvar e de afirmar que foi uma vitória do Partido Socialista. Também da nossa candidata, como é óbvio, a Sra. Eng.^a Margarida. -----

E tudo junto, o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista, as eleições ganhas, que já é a segunda, não é a primeira. Isto quer dizer que se calhar podemos levar mais longe a intenção do voto das pessoas do Município de Alijó, que se calhar quiseram mostrar um cartão amarelo à governação desta Câmara. Tenham isso em conta! Por isso é que as pessoas são livres de votar e fazem-no da melhor forma e daquilo que entendem. Por isso, quando digo que foi um cartão amarelo, quero dizer que as pessoas ao votarem desta forma estão de acordo com as posições que a bancada do Partido Socialista tem tomado, quer nas reuniões de Câmara, quer na Assembleia. Por isso, estamos de parabéns. Está de parabéns a concelhia de Alijó, o PS, e os munícipes do concelho de Alijó, porque com certeza querem outra política de mais proximidade, mais voltada para as pessoas. -----

Depois, também queria com toda a franqueza dizer ao Sr. Presidente da Câmara que quando assinar um documento, que o faça, que o leia, ou então que veja de que forma é que vai assinar um documento. Há aqui uma informação do Sr. Presidente da Câmara, foi assinada no dia 15 de novembro, em que diz isto: "no dia 24 de Março, no uso das competências que me foram delegadas, autorizo a interdição do trânsito na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, da Rotunda do Homem do Cesto", vejam bem! A menos que já tenha alterado a toponímia do Concelho de Alijó e esta Assembleia não tenha conhecimento. O Homem do Cesto! Toda a vila sabe, todos nós sabemos que é um monumento erigido ao Homem do Douro, ao esforço deste concelho, da riqueza que tem este concelho. Já agora vão apoucá-lo a dizer que é o "homem do cesto", que não é a Rotunda do Homem do Douro, como sempre foi chamada, e com a dignidade que a ele lhe pertence. Portanto, Sr. Presidente, estas coisas não se podem fazer por fazer. Têm que se fazer como deve ser, e que não caiamos neste ridículo que é o "homem do cesto". Qualquer dia, por este andar, até lhe chamarão o "homem do alguidar"! Tem lá também aquela taça, também pode ser o "homem do alguidar". Porque depreendo que puseram o "homem do cesto" por ele estar com um cesto às costas. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. -----

Depois, também queria dizer, já aqui foi falado pelos meus colegas, o Teatro Auditório. ---- O Teatro Auditório, é caso para lhes dizer, desde que mudou a Câmara que tem sido, eu chamava-lhe o "malfadado Auditório". Porque desde que mudou a Câmara nunca mais

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

serviu para nada. Porque ou há de ser o teto, ou hão de ser as infiltrações nas infraestruturas, ou há-de ser isto ou há de ser aquilo, nunca mais funciona. Eu ouvi, e com todo o respeito pelos Srs. Vereadores que sabem que eu ouvi dizer, que também não era assim tão mau como isso, porque não tendo Auditório descentralizava-se a Cultura por todo o Concelho. Pois, com toda a sinceridade, na parte que me toca, então lá para a montanha como gostam de dizer – eu digo com orgulho, outros com depreciação, mas cada um é como é – não vejo nenhuma descentralização de cultura a não ser a cultura que nós temos enraizada de sermos montanheiros, e com muito orgulho. Não vejo outra que não seja, portanto, se realmente é para descentralizar a cultura, agradeço que o Sr. Presidente me diga o que é que vai fazer para mesmo descentralizar a cultura. -----

Depois e muito bem, ouvi aqui a Sra. minha colega Presidente de Junta de Alijó parabenizar o Sr. Presidente da Câmara pelo São Martinho. Pois muito bem, mal seria se não fosse festejado o Dia do Município. Festejou-o, fez muito bem. Agora só lhe queria deixar duas notas Sr. Presidente, e basta ir ver as fotografias. Veja quem trabalha com o senhor, e o senhor assuma a sua responsabilidade. Eu não posso estar contente... Estou contente com o evento, estive lá, dei o meu contributo, mas não posso ver depois nas fotografias, no stand de Vila Chã, na fotografia o Sr. Presidente está de costas, e o Presidente da Junta nem se vê, só se vê a ponta do cabelo! Já tenho pouco, foi a única coisa que se aproveitou! Não está bem, Sr. Presidente! Eu sei que pode não ter a culpa, mas tem a responsabilidade. -----
Depois, também digo outra coisa Sr. Presidente, aos anos que venho cá, que o senhor organiza, está tudo muito bem, Vila Chã tem correspondido. Pois, Vila Chã, o stand de Vila Chã, há de calhar sempre na relva, que com o pisar fica húmida, ficamos ali na lama. Mas Vila Chã calha sempre ali! -----

Depois, para não estar aqui a lamentar, um círculo de juntas de freguesia, que a gente sabe as razões porque isso é, estão lá no redondo. Está muito bem! Eu só quero dizer, não há inveja de ninguém, mas a democracia é para isso tudo. Portanto, Sr. Presidente, vai ter de me dizer qual é o critério para Vila Chã calhar sempre numa ponta, e na relva, e os outros calharem sempre no centro. Não concordo com isso. Estou sempre disponível para trabalhar, mas Sr. Presidente assim não. Vamos levar as coisas como devem ser e a sério.

Depois também lhe queria dizer, estamos em pleno inverno, tem chovido que se farta, porque é que aquele chafariz de Alijó está seco, sequinho? Não deita água, porque será? Isto demonstra algum *laissez passer, laissez faire*, deixar andar. As coisas assim não! Temos de ser incisivos e gerir as coisas. -----

Por último, queria dizer uma coisa...-----

PRESIDENTE DA MESA: Relembra o Sr. Deputado dos limites de tempo. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Sim, Sr. Presidente, é sinal que acha útil aquilo que estou a dizer, fico feliz por isso. -----

Sr. Presidente, vou aqui dizer uma coisa, e agora que me desculpe o meu colega Sr. Deputado Rui Lopes, que deu os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, e muito bem, eu também lhe dou os parabéns, quero que tenha muita vida e que governe bem esta Câmara. Só que depois disse também que parabenizou o 25 de novembro. Muito bem, eu também estou plenamente de acordo, Sr. Presidente, só fiquei aqui com uma dúvida, não sei se os

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

parabéns eram mesmo para o Sr. Presidente da Câmara, se era para festejar o 25 de novembro. -----

Queria-lhe dizer que quanto ao 25 de novembro, gostei da sua intervenção, anda lá mais ou menos à volta do que é o cerne do 25 de novembro. Eu estive oito anos nos Comandos. Sei o que é o 25 de novembro, interferi em todas as fases de intervenção do mesmo, e queria aqui deixar para esta Assembleia, se serve de alguma coisa, que o 25 de novembro nunca foi um golpe. O 25 de novembro foi um contragolpe. Um contragolpe, porque o golpe final da ultrasquerda estava para ser dado dentro de dias e os Comandos, em obediência ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do Sr. Presidente da República, Costa Gomes, em obediência total e pertencendo a uma tropa moderada, e que só quer o bem do país, fizemos um contragolpe que os apanhámos de surpresa, e então aí é que ficou instituída a verdadeira democracia neste país. E por isso, e por força disso, é que nós estamos aqui em democracia, a falar daquilo que entendemos, daquilo que é o melhor para o nosso Concelho, e é isso que se pretende que continue a ser, e vamos a respeitar a democracia e ser autênticos na democracia também. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista.-----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Vou começar esta minha intervenção para vos convidar a estarem presentes no dia 30 de novembro, em Favaios, para assistir à peça “Retalhos de uma Revista” do grupo OFITEFA, no âmbito da celebração do centenário do Teatro António Augusto Assunção. Ficam desde já todos convidados.-----

Passando ao segundo ponto da minha intervenção. Foi noticiado nos jornais e rádios locais, sensivelmente no início do mês, que em Alijó estariam 1500 pessoas sem médico de família. Destas 1500, a maioria são da freguesia de Favaios.-----

Notícia essa que saiu depois da Junta de Freguesia de Favaios ter contactado, via e-mail, o Sr. Diretor do Agrupamento de Centros de Saúde Marão e Norte (para ser mais preciso no dia 4 de novembro), alertando e mostrando a nossa preocupação, tal como a preocupação da população, para o facto de terem ficado sem médico de família no dia 1 de outubro, situação esta que veio agravar ainda mais a lista de espera para esses utentes obterem uma consulta, visto que a doutora em causa vinha apresentando sucessivas baixas médicas.-----

O Sr. Diretor não demorou muito a responder ao nosso e-mail dizendo, e passo a citar, “Conforme tem conhecimento, as colocações dos concursos para fixação de médicos recém especialistas decorrem em dois momentos anuais: janeiro e julho. A vaga da Sra. Dra. Evangelina já foi lançada a concurso, esperando-se colocação de novo médico em Alijó no início de janeiro de 2020. Até lá, o ACES apenas pode promover a substituição da profissional recorrendo a trabalho suplementar dos restantes médicos da equipa. Conforme compreende, a capacidade de resposta é mais reduzida, mas existe um compromisso de pelo menos aos grupos vulneráveis ser assegurada consulta nos tempos máximos de resposta garantidos. As situações agudas poderão dirigir-se à consulta aberta, que funciona diariamente das 8 às 22 horas e aos fins-de-semana das 8 às 20 horas. Como é óbvio, o



ACES lamenta este constrangimento para a população, esperando que a partir de janeiro próximo seja reposta a normalidade para os utentes”.

Claro que esta não era resposta que gostaria de ter lido, daí ter comunicado a notícia para os jornais e rádios locais, porque a situação para esses utentes estava a tornar-se insustentável, para não dizer caótica, e ainda só estávamos a meio do mês de novembro. Agora imaginem como estaria a situação em janeiro, pergunto eu.

A verdade dos factos é que, para além desta solução apresentada pelo Sr. Diretor no dia 4 de novembro (esperar até janeiro e até lá ia se fazendo omeletes com os poucos ovos que temos), ainda havia outra solução que podia ser tomada. Coincidência ou não, só foi tomada depois de este problema ter vindo a público. De uma forma interina, até janeiro estará um médico, duas vezes por semana a atender unicamente utentes dessa ex-médica de família.

Cabe-me agora agradecer ao Sr. Diretor do ACES Marão e Norte pela medida tomada, por ter tido a coragem de não ficar a ver o barco a passar até janeiro, mas também quero agradecer a este executivo presidido pelo Sr. Eng.º Paredes, que se manteve sempre ao lado da população para a resolução, da melhor maneira possível, deste assunto.

Não posso concluir esta minha intervenção dizendo que aqui está a cara do nosso Governo socialista para o Serviço Nacional de Saúde. Sejam bem-vindos ao período do “deixa andar” e ao período de cortar mais despesas extras. Pode ser que ninguém faça barulho, e assim conseguimos poupar uns trocos ao “Cristiano Ronaldo das Finanças”.

O que se passou no centro de saúde Alijó deve envergonhar esta bancada socialista, que passa a vida a puxar pelos galões deste Governo. Como autarca deste concelho, ficarei atento aos próximos desenvolvimentos para o Centro de Saúde de Alijó. Pelo estado da nossa política nacional para o SNS, algo me diz que iremos ter mais novidades desagradáveis. Para o ano, cá estaremos para ver o que o futuro nos reserva.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso.

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes.

A minha intervenção vai no sentido de agradecer a este Executivo o facto de ter cumprido com os protocolos que tem assinado com as juntas de freguesia. Longe vão os tempos em que as juntas de freguesia recebiam zero euros para poderem ajudar e auxiliar nas pequenas reparações em cada uma das freguesias. E com isto, cada um de nós tem usufruído da melhor forma, da forma que melhor achamos, destes bens, no arranjo de caminhos (só eu tenho oito aldeias), e claro que as verbas são sempre insuficientes. Mas já ajuda: caminhos, o arranjo de fontanários, pequenas reparações em algumas estradas e também na reparação de alguns abrigos para as criancinhas neste inverno que se aproxima. Quero também deixar aqui uma palavra ao PSD pela grande vitória, no distrito de Vila Real, tendo elegido três em cinco deputados para a Assembleia da República. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro.

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes (Olá)

Mão amiga fez-me chegar recentemente uma publicação numa rede social, concretamente no Facebook, que consistia na exibição e partilha de um vídeo da intervenção de um munícipe (chamemos-lhe assim para facilidade de expressão) nesta Assembleia Municipal. Este munícipe é já reincidente no feito, pois este é pelo menos o segundo vídeo com

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

captação de imagem e de som de uma intervenção sua neste fórum. A captação do som e imagem foram efetuadas por membros desta Assembleia, que se colocaram numa posição de menorização da sua atividade autárquica, que não deveria ser manifestamente a de meros operadores de câmara de telemóvel. Aquela encenação toda, o fingimento em que o retratado intervém enquanto munícipe e não enquanto membro encartado e partidariamente comprometido com uma força representada nesta Assembleia, é uma coisa risível, apenas para alimentação de egos pessoais e consumo interno dos seus corifeus.-----

Durante esta jocosa produção cinematográfica, pude registar que o Sr. Presidente da Câmara aparece também na imagem durante toda a duração da intervenção. Pergunto-lhe, Sr. Presidente da Câmara, se deu o consentimento para este efeito, e pergunto também ao Sr. Presidente da Assembleia se lhe foi alguma vez comunicado ou solicitada autorização para gravação de som ou imagem dos trabalhos deste órgão. Eu, enquanto membro da Assembleia, deixo expressamente consignado que não autorizo a captação de som e / ou imagem dos trabalhos da Assembleia, exceto pelos serviços municipais para efeitos de elaboração da ata, ou de publicitação institucional da atividade do órgão. Quando os egos pessoais e as diatribes partidárias de que alguns precisam para dar sinal de vida aos seus camaradas prevalecem sobre o bom senso e sobre a lei, a única resposta passará por se alterar o Regimento, o que promoveremos oportunamente. -----

Uma matéria que recentemente deu origem a alguma polémica foi a do uso da palavra na Assembleia da República pelos deputados cuja agremiação partidária apenas elegeu um parlamentar. Aquilo que eu registo é que alguns daqueles que ao nível do nosso concelho falaram em "lei da rolha" a respeito da regra de utilização da palavra nesta Assembleia, deverão estar agora altamente incomodados com a posição que o seu partido assumiu na Assembleia da República sobre este assunto. É caso para dizer: "bem prega Frei Tomás".--- Feito este exposto, pretendo aqui partilhar convosco algumas preocupações sobre temas centrais para o Município e para a própria região. A primeira preocupação prende-se com a malfadada Linha do Douro e com os tratos de polé que o Governo socialista de António Costa lhe tem conferido. Fazem-se grandes declarações de amor à ferrovia, fazem-se promessas, repetem-se as promessas, os incautos e os apaniguados acreditam, por fé, por obediência ou por cegueira partidária. Felicitam as retumbantes vitórias de Costa. Mas o certo é que, pelo menos nesta matéria, ficam todos a ver passar os comboios. O anterior Governo socialista foi acusado, muito justamente, por um seu parceiro de geringonça, de que a palavra de António Costa não era palavra honrada. Na nova legislatura, a palavra dada pelo Governo passou suavemente a ser palavra adiada. Esta é uma matéria da maior importância. A posição do Governo é insustentável, e mesmo desrespeitosa para com as nossas populações. Eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos desse conta de qual a posição do Município a este respeito. -----

Tal como pretendo que o Sr. Presidente da Câmara informe esta Assembleia sobre as prometidas obras no Tribunal de Alijó pelo Governo socialista de António Costa, que teimam em não ver a luz do dia. Quem trabalha diariamente naquele edifício, quem ali tem que se deslocar, seja por razões profissionais, seja para resolver assuntos do seu interesse, é confrontado com péssimas condições, seja de climatização, seja de acesso de pessoas com

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

mobilidade reduzida ou condicionada, o que em nada dignifica os importantes serviços que ali são prestados. A Justiça, para que o seja em toda a sua amplitude, carece de condições mínimas de dignidade para ser administrada. Trata-se de uma responsabilidade da Administração Central, sendo certo que também neste domínio parece que as promessas de António Costa não passam disso mesmo: formas indignas de caça ao voto das populações, e depois de se apanharem no poleiro, aliás, no poder, faz tábua rasa de tudo o que disse antes. E os transmontanos, que tanto encham a boca com o brocardo "para cá do Marão, mandam os que cá estão", resignam-se, e passado quatro anos, lá vão outra vez na cantiga do "agora é que vai ser". Sr. Presidente da Câmara, pergunto-lhe se nesta matéria valeu a pena a confiança das populações nas promessas do Governo socialista de António Costa relativamente às obras no Tribunal de Alijó. -----

Abordo finalmente um assunto que tem colocado a nossa terra nas notícias, desta feita por excelentes razões. Trata-se da publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente ao desempenho económico e financeiro no ano de 2018. Alijó foi objeto de grandes encómios e rasgados elogios na comunicação social, sobretudo a nível regional, pelos excelentes indicadores que apresentou. Não vou torturar com os números, mas destaco alguns indicadores que são absolutamente dignos de registo. Alijó está na trigésima posição na lista de municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2018. Somos o segundo classificado, apenas precedido de Boticas no *ranking* dos municípios do distrito de Vila Real, com melhor posição global. No *ranking* global dos municípios de pequena dimensão, somos o quadragésimo quinto melhor classificado globalmente a nível nacional. Ostentamos o orgulhoso privilégio de nos posicionarmos nos primeiros cem municípios a nível nacional com melhor eficiência financeira. Este indicador vem assinalado a verde no mapa nacional, e dá gosto ver Alijó destacado no meio de dezenas e dezenas de concelhos assinalados a cinzento. Somos uma espécie de oásis no deserto. -----

Pois bem, perante estes dados insofismáveis, o que é que uma certa oposição diz? Dá os parabéns ao Executivo Permanente? Congratula-se por ver a nossa terra noticiada por boas razões? Não. A aritmética partidária e as palas ideológicas levam essa certa oposição a desvalorizar os resultados, dizendo que o Anuário foi elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados, desprezando esta agremiação em comparação com a Ordem dos Economistas. Dizendo também que há uns tempos atrás foi publicado outro estudo, de onde resultava uma má prestação do Município, e esse estudo é que era, aquilo é que era rigor! Esquecendo que se trata apenas de um trabalho escolar com gravíssimas lacunas, onde avulta o facto de o Município ter sido prejudicado nos indicadores por via de uma operação de substituição de dívida, que é irrefragavelmente uma excelente medida financeira. -----

Ou seja, há uma certa oposição, cuja principal atividade é de percorrer os canais de comunicação à cata de notícias negativas para o Município. É gente que rejubila quando Alijó é notícia por más razões. É gente que martela os números e extrai deles apenas a visão negativa que, julgam eles, lhes pode dar, ainda que de forma efémera e por meia dúzia de dias, algum lastro. É gente que julga que obtém proveitos partidários explorando as dificuldades de uma terra, que não é a sua nem a sentem como tal, mas à qual tecem belas loas à espera que, nem que seja por usucapião, um dia a possam governar. É uma oposição

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

em que a única vez que conseguiu levar o nome de Alijó às parangonas nacionais foi num programa de televisão sobre "tesourinhos deprimentes" das autárquicas. É uma certa oposição que nos seus métodos se pode classificar como medieval. Mas mesmo uma oposição medieval sempre podia engrandecer o Concelho cantando-lhe cantigas de amigo. Eles, meus senhores, preferem as cantigas de escárnio e de maldizer. -----
Felicitó-o pelos dados revelados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente a 2018. O Executivo Permanente, liderado pelo Eng.º José Paredes, está a fazer uma coisa muito simples: a cumprir os seus compromissos eleitorais. Aqui, a palavra dada é palavra honrada.-----

O Sr. Deputado Luís Lameiras pede a palavra.-----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. De acordo com o artigo 46 do Regimento da Assembleia Municipal, posso invocar o Regimento, e eu vou-me reportar ao artigo 45, nomeadamente ao ponto n.º 1, que tem a ver com o modo de usar a palavra por parte dos deputados municipais. Diz aqui no ponto n.º 1 o seguinte: "no uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente, à Assembleia Municipal e aos membros da Câmara Municipal". Ora, a minha questão, de invocar este Regimento, é precisamente acerca do desrespeito por aquilo que diz o ponto n.º 1 do artigo 45, pelo desrespeito por esta entidade, que é a Assembleia Municipal, um órgão do poder autárquico, e por todos os membros desta Assembleia, do Executivo Municipal e tem a ver com o modo, com a forma, com a falta de respeito literal que o Sr. Deputado Márcio Ribeiro usou na sua intervenção. O modo como ele o fez, logo no início: "olá"! -----

PRESIDENTE DA MESA: Obrigada pelo reparo. Não deixa de ter razão. -----
Relativamente a esta questão, e antes de passar ao Sr. Presidente da Câmara para responder aos pedidos e às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados, queria referir-me apenas à publicação que está no Facebook. Tive o cuidado de na reunião prévia com os líderes das bancadas mencionar este facto, o facto de que não devia ter existido esta publicação. Não houve qualquer autorização, nem eu, confesso, não me apercebi da gravação. Lamento é que ela tenha sido feita, eventualmente, por algum membro da Assembleia Municipal. Eventualmente, não tenho provas disso. Mas há aqui a menção deste facto na conferência de líderes.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. -----
Vou tentar aqui responder, na medida do possível, na medida que souber, se a memória mo permitir, às questões que aqui foram levantadas pelos Srs. Deputados.-----

O Sr. Deputado Luís Lameiras começa por falar no estado lastimável em que a estrada municipal que liga Safres ao Franzilhal se encontra. É perfeitamente do meu conhecimento este estado degradado, como disse, lamentável. E quero-lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado: de acordo com a Declaração de Impacto Ambiental (DIA) do Empreendimento Hidroelétrico de Foz Tua, produzida em 2011, é uma obrigação, aliás, é uma das medidas principais de compensação ao território a levar a efeito pelo operador, neste caso a EDP Produção, a requalificação das vias envolventes à albufeira. Contudo, só me apercebi disso no momento em que tomei a direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. Não fazia ideia que essa era uma medida de compensação ao território e constava inclusive da

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Declaração de Impacto Ambiental como uma obrigação por parte da EDP. Mas o que é certo é que desde 2011 até 2018, momento em que assumi a Agência, alguém andou muito distraído, efetivamente. E quero-lhe dizer que já em 2013, Sr. Deputado, esta obrigação deixou de constar na DIA. E enquanto Presidente da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, questionei a EDP. -----

Como foi dito, que foi consensual no seio dos membros da Agência, designadamente dos municípios, quando abdicaram cada um do seu centro interpretativo, e devo dizer-lhe que em Alijó estavam previstos dois, um em Carlão – Zona das Caldas, outro em São Mamede de Ribatua. Quando os municípios abdicaram dos seus centros em favor de um único centro interpretativo em Foz Tua, município de Carrazeda, essa obrigação desapareceu, deixou de fazer sentido porque a requalificação das vias municipais envolventes da albufeira seria, supostamente, a EDP a ceder esses centros interpretativos. Uma vez que não se faziam os centros interpretativos nos concelhos, exceto, como disse, o de Foz Tua, deixaria de fazer sentido a requalificação dessas estradas. -----

Questionados os únicos elementos da Agência Municipal, membros desse tempo, rebatem a ideia e dizem que não. Não tive outra alternativa senão levar o assunto à Comissão de Acompanhamento, e ficou lavrado em ata na CCDR. Quer a CCDR, quer na ata tomaram em conta esta minha nota. -----

Quero-lhe dizer que na passada sexta-feira tive uma reunião no Porto com o Sr. Eng.º Ferreira da Costa, vogal do conselho de administração da EDP Produção, exatamente a este propósito. Tenho vindo a pressionar, não perdi ainda esperança de ver esta estrada requalificada. Contudo, afigura-se difícil, porque como sabe, a EDP conseguiu licença de laboração e o empreendimento está a laborar, e quando assim é torna-se difícil depois corrigir lapsos do passado. Mas estou atento, tenho vindo a pressionar e tenho alertado as entidades competentes, designadamente a APA, para esta situação. Se tiver que tomar outras medidas tomá-las-ei na altura certa. Contudo, não descarto ainda a possibilidade da EDP dar um passo atrás e pelo menos comparticipar fortemente na requalificação destas vias. -----

Miradouro do Ujo: efetivamente já constatámos que há uma centralina que opera a mudança de tempo entre o dia e a noite, que não está a funcionar. Segundo indicação do Sr. Vice-Presidente já está agendada a vinda da empresa e está impendente um processo para substituir o equipamento. De facto é lamentável, porque já vi aquele miradouro iluminado no período noturno e é de facto deslumbrante. -----

Saneamento do Areal: situação recorrente, o Sr. Deputado faz questão de me lembrar em todas as sessões da Assembleia Municipal, eu registo, e manifesto aqui a minha vontade em levar por diante este investimento, logo que seja possível. -----

Quanto à requalificação do Bairro Social de São Mamede, sabemos que é uma promessa, já foi dito aqui também que será o próximo bairro social a requalificar, e aliás, neste momento está uma técnica engenheira civil a fazer o levantamento de todas as necessidades de obras em matéria de habitação social. -----

Relativamente ao fecho do Auditório Municipal, ainda não tivemos capacidade para promover a substituição de toda a sua cobertura interna, como já aqui foi referido, e

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

promover as obras. Muito por impossibilidade da empresa, não há, com certeza compreenderá isto, muitas empresas certificadas no país, empresas conhecedoras desta matéria, para atuarem em campos tão sensíveis e tão especializados como é o interior de um auditório. Aliás, já pedi à Sra. Vereadora do Pelouro para que agendasse uma reunião aqui no Município, com toda a urgência, com essa empresa para chegarmos a um entendimento final. É preciso desenvolver um projeto para consolidação do interior da cobertura interior e sem a remoção da atual cobertura, deve compreender, que não é fácil. Contudo, os concertos, e designadamente o de Natal, não deixará de ocorrer. Está, segundo indicação da Sra. Vereadora, já marcado para o próximo dia 28 e será na Igreja Matriz de Alijó pela Banda de Música de Carlão.-----

Descentralização da cultura, como falou. Se quiser entender assim.-----
Relativamente ao Posto de Turismo do Pinhão, ainda não foi possível, é verdade que eu prometi e continuo a prometer. Ainda não foi possível. Contudo, ainda não chegámos ao fim do ano.-----

Relativamente àquilo que adjectiva de "gestão banal", referindo-se à gestão deste Executivo, tenho pena que o Sr. Deputado não tivesse estado aqui no passado dia 28 de setembro de 2012. Mas há aqui quem cá estivesse, e que fosse obrigado a tomar aqui uma deliberação muito pesada para este Concelho. Muito pesada. Sabe a deliberação a que me refiro, Sr. Deputado? Se cá estivesse, com certeza teria saído daqui muito amargurado por ter participado numa votação destas. Mas foi aí que o Município, e todo o Concelho de Alijó, ficou a saber que o passivo conhecido do Município era superior a 24 milhões de euros. Repito-lhe: o passivo conhecido, porque o desconhecido andava também lá perto. Portanto, deve compreender que não acho legítimo que se exijam e se peçam coisas. -----

Sr. Deputado Alípio, relativamente à iluminação pública junto à Igreja e à árvore grande, admito que haja alguns focos inoperacionais, como há outros no Concelho. Aliás, creio que isto é um procedimento que tem vindo a ser adotado recentemente pela EDP Distribuição. É lamentável. Eles sabem que o contrato está a chegar ao fim, termina em 2020. Vai ter que ser desenvolvido um outro concurso público através da CIM para iluminação pública. Também é do meu conhecimento que a EDP estará a deslocalizar muitos dos seus investimentos para o estrangeiro, apostando numa outra vertente, as renováveis. Estará inclusive até a alienar património no nosso país. Não quero crer que isto seja um desinteresse total, mas pode de alguma forma ter a ver com isto. Tem-se notado, não só em Alijó, noutros municípios também, um desinteresse acentuado da EDP relativamente àquilo que são os defeitos apresentados pelas freguesias e pelos munícipes, pelo próprio Município, em matéria de iluminação pública. Repararam mal e tardiamente. -----

Sr. Deputado António Rocha, relativamente à fossa que eu me referi aqui na passada sessão, salvo erro, é verdade que quem mo referiu foi um ex-autarca da freguesia, cuja obra terá sido realizada no seu mandato. Quero crer que ela esteja lá. Procurei confirmar depois de termos tido esta conversa, e confirmo que existe efetivamente. -----

Relativamente à reparação do coletor do Areal, tenho a indicação que terá sido resolvida em vésperas da festa de São Mamede de Ribatua. Provavelmente já estaria, não sei, Sr. Deputado. Mas é a informação que me transmite. Mas vamos apurar isso.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Foi aqui referido por vários dos Srs. Deputados do Partido Socialista a vitória nas passadas legislativas de outubro. Tive a oportunidade também de parabenizar o Partido por este resultado, e volto a fazê-lo aqui publicamente perante todos. Contudo, Srs. Deputados, gostava que refletissem também, porque nós refletimos também nos nossos números, no aumento de votos que tiveram relativamente às legislativas imediatamente anteriores. Comparem o número de votos positivos com os resultados das anteriores legislativas. Contudo, parabéns.-----

Relativamente ao estado da rede viária, pois obviamente que vai estando fatigada e carecendo de intervenção. Estamos a preparar uma intervenção, um procedimento para colocação de alcatrão em várias vias. Pensamos lançar logo no primeiro trimestre do próximo ano. -----

Relativamente aos caminhos vicinais, admito que as verbas transferidas pelo município para as freguesias não sejam suficientes. Contudo, quero-lhe dizer que este ano, 2019, a Câmara Municipal transferiu para as freguesias qualquer coisa como quinhentos mil euros. Gostaríamos de poder fazê-lo com números mais precisos, mas infelizmente não é possível. E, como prometi, temos vindo sempre a reportar essa transferência, esses valores, e chegámos este ano aos quinhentos mil euros. -----

Sr. Deputado António Fernandes, aquilo que refere relativamente ao edital, é lamentável, efetivamente. É um lapso lamentável, que não deve ocorrer. E eu peço desculpa a quem contactou com esse edital pelo lapso cometido. Não me apercebi, efetivamente. Mas olhe que isso não acontece só ao Presidente da Câmara! Lapsos similares acontecem também a outros autarcas, designadamente Presidentes de Junta. E eu vou-lhe aqui mostrar, sem lhe referir a freguesia, o exemplo de um edital que eu próprio assinei, e mandei para a Junta de Freguesia, para esta em concreto e para todas, que era uma obrigação decorrente da prévia ou ato legislativo passado, era uma indicação do Ministério das Finanças. Este edital deu entrada na Junta de Freguesia, foi carimbado pela Junta de Freguesia, foi rubricado pelo Presidente da Junta de Freguesia, e foi reproduzido. E agora vou-lhe dizer como é que isto se reproduziu. Porque o município, que viu aqui o seu nome, isto tinha a ver com os cadernos eleitorais, ripou o placard e veio-me entregar, veio-me perguntar "Que é isto?" Sem falar em freguesia. Quero crer também que foi um lapso, mas se eles acontecem, acontecem a todos nós. De vez em quando, acontecem coisas destas. -----

Relativamente às fotografias que foram publicitadas pelo Município, na rede social do Município, na página do Município, penso que não é única, essa fotografia que refere relativamente ao stand de vila Chã. Bom, se me dissesse que o Executivo não o cumprimentou, não entrou no stand... Agora, a forma como nós somos captados pelo fotógrafo, eu por acaso apareço de costas, noutras, julgo que não. Noutra, o Sr. Presidente aparece de frente, porque não é única, essa fotografia que refere. Não escolhi as fotografias... Sinceramente, não me recordo que tenhamos brindado no stand de Vila Chã; sinceramente, não me recordo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Acho que não devem pedir ao Presidente da Câmara que esteja atento às fotografias que saem, julgo que não será ele quem faz a triagem das imagens. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Relativamente à localização do stand, pois não era o único stand assente em relva. Olhe, o de Alijó por exemplo, estava assente na relva, se calhar em condições até bem piores. O de Vila Verde, que eu me recorde, também estava. Havia vários na relva. Aliás, não há muito espaço ali disponível para que não sejam assentes na relva. Julgo que é por ordem de chegada, não tem a ver com o nome da freguesia. Não vá por aí.-----

Relativamente à interpelação do Sr. Deputado Márcio Ribeiro, no que concerne à eletrificação ou à suspensão da eletrificação da ferrovia até à Régua, pois o Município de Alijó agiu no seio da Comunidade Intermunicipal, produziu uma nota à imprensa e fez chegar também uma nota de descontentamento pela suspensão da obra ao membro do governo que tutela essa área e foi isso que puxou, digamos assim, o seu descontentamento pela suspensão da obra. -----

Relativamente ao Tribunal de Alijó e à falta de obras, foi um assunto que foi até à Câmara Municipal, a seu tempo. O Sr. Juiz Presidente da comarca de Vila Real pediu-nos que colaborássemos na realização de obras de requalificação e reabilitação do espaço. E assumimos inclusive com o Sr. Juiz Presidente o compromisso de mandar elaborar o projeto e executá-lo a expensas do Município. E fizemo-lo, mandámos elaborá-lo. Pelos vistos, em vão, porque há relativamente pouco tempo, foi recebida uma comunicação, não vos posso precisar se do Sr. Juiz Presidente, se da Secretaria Geral do Ministério da Justiça, a mandar suspender por falta de verba. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta aos Srs. Deputados se ficaram algumas questões por abordar pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Não sei se me fiz explicar. Portanto, os pontos de luz que estão fundidos, concretamente ali são focos que estão direcionados aos edifícios mas que foi o Município que na altura os colocou. E eu penso que isso é uma forma de volumizar ali a iluminação. Será o da Junta de Freguesia, o da Biblioteca, o do Palácio da Justiça e o daquela placa que está lá alusiva aos 150 anos da Árvore grande. É só isto que eu queria frisar e que ficasse bem claro. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Fiquei a saber o mesmo, Sr. Presidente! Relativamente ao saneamento na Rua Carlos Agrelós, fiquei a saber o mesmo. Se alguém sabe o que eu não sei e o que não sabem os outros, temos obrigação de saber, como é óbvio. O Sr. Presidente esteve lá, na altura chegamos a essa conclusão. Se alguém sabe o que quase ninguém sabe, tem a obrigação de informar o Sr. Presidente, e o Presidente informar a Assembleia. -----

DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS): Sr. Presidente é só para corrigir uma informação, para evitar possíveis deduções imaginárias de possíveis pessoas iluminadas. Informo que em Carlão estava previsto um museu etnográfico, e não um museu das Caldas conforme o Sr. Presidente disse. É só para corrigir a informação que o Sr. Presidente deu. --

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. É só um complemento, no fundo, uma ajuda a um colega Deputado que há pouco usou da sua intervenção, estou-me a referir concretamente ao Sr. Presidente de Junta de Favaios, que se esqueceu de dizer que a ACES cortou relações institucionais com a Junta de Freguesia

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

de Favaio por má-fé do atual Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado, vai-me perdoar, mas não foi uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Não, não é pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Está fora de contexto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado. Vou então finalizar. -----
Sra. Deputada Maria de Jesus, com certeza não me fiz explicar. Estava previsto inicialmente um centro interpretativo em Carlão, mais concretamente, nas Caldas. É a informação que eu tenho. Na freguesia de Carlão. Isso lhe garanto que estava. Não com a designação de Caldas, mas que seria na zona das Caldas. -----

Sr. Deputado António Rocha, quem me informou foi o Sr. António Taveira, que era presidente da Junta de Freguesia na altura. Esta fossa séptica, como lhe disse na altura, terá tido inclusive a comparticipação financeira da Junta de Freguesia. Que mais lhe posso dizer? -----

Sr. Deputado Alípio, eu tomei nota, os focos serão da responsabilidade do Município. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Srs. Deputados, e não havendo pedidos de intervenção do público presente, dá por encerrado o período de antes da ordem do dia. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período da ordem do dia. Introduce o **PONTO UM – Exposição do Sr. Presidente da Câmara.** Pede aos Srs. Deputados que pretendam intervir para se manifestarem. Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): É só para pôr aqui uma questão. Uma vez que o ponto um é a exposição de todo o tipo de intervenções que a Câmara faz desde a última reunião da Assembleia até ao presente, um dos assuntos que vem lá exposto é precisamente a recolha de cães vadios. -----

Sr. Presidente, no Pinhão há um conjunto vasto de cães vadios que andam sempre em grupo, que andam ali pela zona central do Pinhão, nomeadamente na Estação do Pinhão, e há muitas pessoas já a queixarem-se por causa dessa situação. Portanto, sugeria-lhe que, na medida do possível, fizessem a recolha desses cães vadios. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me uma informação à Mesa, uma nota prévia. Eu queria dizer que autorizo a captação de imagem e sons das minhas intervenções numa atitude de transparência para com os munícipes que me elegeram. Portanto, está tudo à disponibilidade dos cidadãos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não vem ao caso. E é completamente fora do contexto. O que aconteceu não devia ter acontecido. Ponto final. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Mas estou a dizer, e tenho esse direito de autorizar! --

PRESIDENTE DA MESA: Mas o Presidente da Assembleia não autoriza. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Vamos à questão da intervenção da exposição do Sr. Presidente da Câmara. E eu queria registar com alguma preocupação o aparecimento de

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

cada vez mais, há um aumento exponencial de ninhos de vespa asiática no nosso concelho. Efetivamente o Executivo tem tomado medidas de enviar os bombeiros para a sua erradicação. No entanto, há ainda algum desconhecimento da população perante esta praga que assola os agricultores, e também os apicultores. Queria dar aqui uma nota e solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que envolva ainda mais a comunidade em sessões de esclarecimento para as pessoas saberem o que é que está em causa e qual é a situação. -- Depois, queria também dar uma nota relativamente às Unidades de Primeira Intervenção no âmbito florestal, e falo concretamente na freguesia de Vila Verde, que é uma freguesia de primeira intervenção onde as faixas de contenção de incêndios já deveriam estar limpas há algum tempo. Eu queria dizer que naquele pequeno troço entre Balsa, quase no centro da aldeia, que vai em direção a Fundões e Souto de Escarão, os pinheiros mantêm-se na mesma na beira da estrada. Portanto, aquela faixa de contenção em redor das vias de entrada ou saída nas localidades, penso que já deveria estar limpa, e não está. Não sei o que é que se passou, se há ali algum impedimento ou algum constrangimento que leve a isso.-----

Por outro lado, também notei um dia destes que houve um alerta vermelho no nosso distrito, que caíram muitos pinheiros que estão queimados desde os incêndios de há dois anos para as vias municipais, o que podia ter causado algumas vítimas que circulassem nas vias. Portanto, eu acho que esses pinheiros secos já deveriam ter sido eliminados, porque são um perigo. E falo concretamente da zona do entreposto da Gran Cruz, falo também da via que liga Alijó à Zona Empresarial de Alijó, e há outras também na mesma. Eu sei que os bombeiros depois foram lá retirá-los da via, mas podia-se, se calhar, prevenir esta situação.- Depois, ainda relativamente às vias municipais, às vias de comunicação do nosso concelho, onde claro os caminhos-de-ferro têm algum impacto, eu queria também informar esta Assembleia que ao analisar certas situações, nomeadamente de ações do Governo, devem ver todas as notícias que passam na comunicação social, e não só aquelas que lhe interessam.-----

Outra situação que também mexe um bocado com a economia do nosso Concelho, vimos aqui plasmados nos documentos, é o aumento de turistas que visitam concretamente o Museu de Favaios e o nosso Concelho, que está constantemente a aumentar. E aqui vai uma pergunta, que já há algum tempo que não é referida, e gostava de saber o que é que o Executivo tem feito para recuperar aquela moeda que foi encontrada na Senhora da Piedade e que foi roubada, e depois foi recuperada pela Polícia Judiciária para ela vir para o nosso Concelho para fazer parte do espólio municipal e atrair cada vez mais visitantes? Porque a verdade é que o sentido é o inverso. O que acontece é que há habitantes do nosso Concelho com curiosidade que vão a Braga tentar ver a moeda. E não conseguem. -- E por fim, também falar de boas notícias. Às vezes há situações em que se especula que as pessoas andam à procura de más notícias do Concelho. Nós procuramos sempre as boas. Posso-lhe dar um exemplo, Sr. Presidente. A última boa notícia nacional para o Concelho de Alijó que se viu nos últimos tempos foi a vitória do PS, no nosso Concelho. Muito obrigado.--

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista.-----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Boa tarde novamente. Sr. Presidente da Assembleia, vai-me desculpar, mesmo correndo o risco de me cortarem a voz, já que há bocado não me deixaram falar. -----

O Sr. Deputado Cláudio está a abanar com a mão, não sei porquê, porque também usou da palavra no momento que também não era certo, por isso deixe-me falar só para o esclarecer. Já que está muito preocupado com o corte de relações do ACES com a Junta de Freguesia de Favaios. Pois olhe, deixe-me que lhe diga uma coisa, para quem está de relações cortadas com a Freguesia de Favaios, se calhar essa mensagem que recebeu era referida ao dia 16. É um e-mail que recebemos no dia 16 de novembro. Mas é engraçado que no dia 25 de novembro o Sr. Diretor... -----

PRESIDENTE DA MESA: Pede ao Sr. Deputado para não se desviar da questão. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): É só um esclarecimento. Devia estar preocupado com a falta de médicos e não com o corte de relações da Junta de Freguesia. Deixe-me só acabar! Só para dizer assim: partilho em pleno das suas preocupações em relação às melhorias políticas para o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente políticas de autonomia local, que nos conferem instrumentos de gestão e que precisamos, por isso, mais do que procurar um culpado para as situações. Seria importante juntar esforços para interceder junto da tutela a concessão destes instrumentos. Quer dizer, para quem estava de relações cortadas, agora já se quer casar. Espero que tenha ficado satisfeito. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Eu ia prescindir da minha intervenção, mas as palavras do Deputado Cláudio Vilela obrigam-me a registar que, para uma certa oposição, primeiro vem o partido, depois vem o partido, posteriormente vem ainda o partido, e só finalmente é que vem o partido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu fiquei esclarecido com esta intervenção do Sr. Deputado Márcio! Então ainda bem que o Sr. Presidente nos chamou à atenção. Vamos falar sobre o que temos de falar. -----

Sr. Presidente, com todo o respeito (estou a falar para o Sr. Presidente da Assembleia), não pode voltar a acontecer o que aconteceu nestas intervenções anteriores. Porque corremos o risco – eu que até falei de democracia e o Sr. Deputado Lopes também, que até enalteci a democracia. Se reparar bem, e todos reparámos, houve intervenções do Partido Socialista e depois houve respostas da bancada do PSD às intervenções do Partido Socialista. Isto é que não pode ser. Tem que se falar de um lado e de outro. Esta é uma questão. -----

PRESIDENTE DA MESA: Cinja-se por favor ao ponto! -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Já vou ao ponto. Mas antes diga-me só uma coisa – só duas palavras, já que estou com o micro, que há bocadinho nem me atrevi! Estou como ele disse, tiravam-me logo a voz! Eu queria só dar uma resposta muito direta, muito objetiva ao Sr. Deputado e Presidente de Junta de Favaios. Pode ter as maiores razões do mundo, não sei, mas só se responde desta forma: a maior vitória do Partido Socialista até foi em Favaios, ironia do destino. Portanto, quer dizer que as pessoas, alguma coisa está mal. -

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Vamos ao que interessa. Vou perguntar muito objetivamente, e sei que o Sr. Presidente, gentil como é, que me vai responder. É o saneamento na estrada 212, na aldeia de Chã, que não vem lá plasmado e sabe que é uma necessidade. Com certeza que me vai responder.-----

Depois vai-me responder só a uma última pergunta, porque não quero abusar do tempo. Sr. Presidente, vejo aqui que se refere, e bem, fico contente, que vai remodelar, requalificar as estradas municipais. Concordo consigo, deve fazê-lo, e já aqui foi dito que muitas estão num estado degradado. Depois, também devia dizer o Sr. Presidente que, para além das estradas municipais, também vai remodelar e requalificar caminhos vicinais. Há aqui uma contradição, Sr. Presidente. É que eu ouvi sempre dizer, aliás foi-me dito, que os caminhos vicinais eram com as Juntas. Muito bem, se é com as Juntas, então é com as Juntas. Falamos tanto que eu vejo que o Sr. Presidente de Câmara andou, a expensas da Câmara, não sei como, olha, até era importante explicar aqui como é que foi pago aquele caminho. Sei que na Freguesia de Vilar de Maçada a Câmara assumiu compor aquele caminho.---- Eu louvo-o, sim senhor, e acho que devia era requalificar outros caminhos doutras freguesias com a mesma importância que tem aquele da Freguesia de Vilar de Maçada. Eu concordo que é um caminho importante. Olhe, a Freguesia de Vila Chã, ironia do destino, também tem um caminho grande, importante, de muita despesa, que é se calhar dos maiores caminhos do concelho e dos mais caros, por isso é que ainda está assim, que também precisa de ser requalificado. Olhe, e até calha bem que aquele caminho também dá acesso à Sanradela. Também, se for requalificado também encurta o seu percurso. Sr. Presidente, eu ficava-lhe grato se o Sr. Presidente tomasse também em consideração esse caminho e o requalificasse pela Câmara. Olhe, fico contente. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecer os temas levantadas pelos Srs. Deputados. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É só para pedir ao Sr. Presidente de Junta de Vila Chã que nos esclarecesse onde é que ele está a ler a minha intervenção, que eu não estou a ver isso. Não sei que intervenção é que está a ler. Vai requalificar? Ah! Então quando chegarmos ao ponto quatro, o Sr. depois fala nisso, está bem? -----

Eu quero-lhe dizer que a requalificação desse caminho foi uma promessa eleitoral. Aliás, está aqui o Sr. Presidente de Junta de Vilar de Maçada, com certeza deverá saber isso. Eu sei onde o Sr. quer chegar. Aliás, este assunto foi puxado em reunião de Câmara, e eu tive a oportunidade de referir que este caminho, por acaso até nem segue, ou melhor, passa ao lado de uma propriedade minha. Mas estou-lhe a dizer, estou a informá-lo. -----

A questão foi colocada nestes termos, que eu terei intervindo ou mandado intervir - eu Câmara - nesse caminho, sem o conhecimento da Junta de Freguesia, o que não é verdade. Informei o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Não posso precisar em que momento, julgo que na Feira dos Sabores, ou na festa de Vilar de Maçada, não tenho a certeza. Mas tive o cuidado de informar que íamos fazer isto. E esta intervenção é uma primeira intervenção de outras que se seguirão neste caminho fundamental, estruturante, com vista à sua futura pavimentação em definitivo. Foi uma promessa minha. Espero poder concretizá-la ainda este mandato. Mas para lá caminho, estou a dar passos nesse sentido. Muito obrigado. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

PRESIDENTE DA MESA: Introduz o **PONTO 2 – Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais**, para aprovação da Assembleia Municipal. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É habitual, sempre na última Assembleia Municipal do ano, obter-se esta autorização prévia deste órgão deliberativo. No fundo, é uma autorização prévia à Câmara Municipal para poder assumir compromissos plurianuais com valores superiores a cem mil euros. Já não é propriamente novidade. Carece de aprovação, ou melhor, deliberação favorável da Assembleia Municipal. É isso que se pede. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo inscrições coloca à votação o **PONTO 2 – Autorização genérica prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais**, tendo sido aprovado por unanimidade, com 34 votos, sendo que a Sra. Deputada Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho, não se encontrava presente no momento da votação. -----

Introduz o **PONTO 3 – Pacote fiscal para 2020 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem**. Cede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É uma proposta para o pacote fiscal, a vigorar em 2020, que de uma forma geral não tem alteração alguma, relativamente à proposta que vigorou em 2019. Relembra só que se propõe um IMI rústico que se mantém nos 0,8%. Aplicar uma taxa de IMI a prédios urbanos de 0,4%. Continuar a aplicar uma dedução fixa em função do número do agregado familiar, tal como vem de 2019. Varia em função do agregado familiar, como disse, o número de dependentes. Um dependente tem uma dedução fixa de 20 euros, para dois dependentes, uma dedução de 40 euros, e para três ou mais dependentes, uma dedução fixa de 70 euros. Manter a derrama em 1,5%. Manter o Imposto sobre o Rendimento, ou aplicar a participação sobre o IRS de 5%. Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem nos 0,25%. -----

Dizer que tínhamos muita vontade em poder aplicar uma redução com algum significado naquilo que são as taxas municipais. Contudo, face a um determinado número de contingências que têm vindo a penalizar fortemente o Município de Alijó, e atendendo ainda que a Justiça deu como válida a aplicação da isenção em matéria de IMI rústico e urbano dos imóveis localizados no Douro Património da Humanidade, e que é intenção da Autoridade Tributária proceder a uma retenção de 20% da coleta de IMI para fazer face a eventuais pedidos de devolução do IMI cobrados indevidamente aos munícipes nos últimos quatro anos neste território. E como sabem, o território de Alijó, a área do Douro – Património Mundial é muito significativa. Apanha desde logo toda a Vila do Pinhão, Vale de Mendiz, Casal de Loivos, Vilarinho de Cotas, e não sei se a unidade aqui será a freguesia, será uma linha imaginária que ainda falta definir. Se calhar está definida, mas falta definir qual é aqui o critério. Quero dizer que poderemos estar a falar de uma retenção que pode chegar no IMI aos quatrocentos mil euros por ano. O que é muito, se tivermos em consideração que a coleta de IMI municipal não chega a um milhão de euros. Portanto,

atuando por precaução, entendemos aplicar o mesmo pacote fiscal que vigorou durante o ano de 2019. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para intervenção. Passa a palavra ao Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Sr. Presidente, por pensarmos que de facto o Município teve receitas, não vou falar da gestão pública, mas acho que aqui, na dedução relativamente ao IMI por dependente, é injusto. Porque tanto pagam os que têm, como os que não têm. Portanto é transversal, e neste aspeto acho que é injusto, porque deveria ser diferente relativamente a quem, por fé do IRS, tivesse outros rendimentos. Portanto, a injustiça está em quem tem pouco, paga sempre por quem tem muito. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Pela análise das posições políticas do Executivo Municipal, podemos concluir que há margem orçamental para a baixa gradual de IMI ao longo do mandato, assim como a derrama para as empresas com rendimentos mais baixos, e a baixa de IRS para as pessoas singulares. -----

Esta medida, se fosse acatada pelo Executivo Municipal, levaria à distribuição equitativa por todos os munícipes de uma baixa gradual nas suas prestações de IMI e nas suas contribuições nos impostos. Portanto, era uma medida justa e equilibrada para todos os munícipes. Era uma medida que iria beneficiar toda a população, ao contrário de algumas medidas tomadas pelo Executivo Municipal, que são claramente evidentes. E falo concretamente da criação de postos de trabalho que foram criados sem qualquer tipo de demonstração da necessidade dos mesmos para a Câmara Municipal. Esta medida, sim, beneficia só alguns, em detrimento do nosso coletivo. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Sra. Deputada Glória Veiga. -----

DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----

Todos sabemos a razão por que as taxas e impostos municipais estavam no máximo. Todos temos que ter a noção que foi devido ao devaneio do Partido Socialista que fomos obrigados a ter os impostos no máximo e continuamos a ter uma grande dívida para pagar. Quando se fala aqui na dívida, ouve-se do lado sempre a mesma história, mas a história só acabará quando a dívida estiver paga. Porque até lá continua a ser história. E espero que todos aprendam, porque a História serve para isso. Serve para não cairmos nos mesmos erros e não tomarmos as mesmas atitudes e continuarmos a ser cada vez melhores. -----

Em 2017, por iniciativa do Executivo da Coligação, e numa atitude consciente, a carga fiscal foi reduzida. Era, inclusive, uma promessa também eleitoral. Hoje, exatamente pela mesma razão, o Executivo acha que não tem margem, e o Sr. Presidente acabou de explicar, porque é que não tinha essa margem, não tem margem para poder fazer essa descida de impostos. Ninguém gosta que os munícipes paguem muitos impostos, mas é preciso saber fazer as coisas com justiça e saber equilibrar as finanças. -----

Lembro também a esta Assembleia que os munícipes, as famílias e as empresas não ficam só agradecidos pela baixa de impostos, e lembro que neste sentido, este Executivo tem feito muito pelas famílias e pelas empresas. Nomeadamente, em relação à Educação. Garantiu a gratuidade de todos os transportes escolares para todas as famílias; oferta da plataforma

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

de estudo que abrange cerca de quinhentos alunos; bolsas de estudo, já vão em oito. Eu sei que vão dizer "nós também tínhamos". Mas nunca as atribuíram. -----

A nível da Saúde, temos a cadeira dentista, que vai começar a funcionar e que é um bem para todos os munícipes deste concelho; a Plataforma ABEM, que poderá chegar a quinhentas famílias, que poderão receber medicamentos gratuitos. -----

A nível das empresas, a ação de promoção junto de feiras, tanto no território nacional como no estrangeiro, promovendo as empresas locais e trazendo investidores ao Concelho para que possam, junto das empresas, formar relações e poder impulsionar definitivamente a economia do concelho. Temos a ALIFEIRA, que é mais um desses casos. -----

O aumento das verbas concedidas às instituições de solidariedade social é significativo também. Pela primeira vez desde que os Executivos da Coligação vieram para a governação, as instituições, todos os anos, independentemente da sua cor, recebem subsídios. -----

A nível cultural, temos os Sons no Parque. Até fiquei intrigada, queixam-se tanto da cultura e depois acham que os Sons no Parque podiam ser dispensados? Mas os Sons no Parque começam a ser um marco definitivo no Concelho de Alijó. É um festival de música com grande qualidade e que traz muita gente a este concelho, que é o que nós precisamos. No apoio às associações culturais, levar o teatro e o cinema a todas as escolas. -----

Salvo tudo isto, situações que eu acho que os munícipes podem estar agradecidos e orgulhosos do Executivo que os representa. Obrigada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Sr. Presidente da Assembleia, Ex.ma Mesa da Assembleia, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, Ex.mo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Ex.mos Srs. e Sras. Vereadores, Digníssimos Srs. e Sras. Deputados, distinto público, Sras. e Srs. funcionários, os meus respeitosos cumprimentos. -----

Como veem, também sei usar fórmulas regimentais. Acontece que não sou um carneiro, e não mimetizo fórmulas gastas, vazias e ocas de sentido. Quando me dirijo à Assembleia com um franco "olá!", dirijo-me a toda a Assembleia, a todos os eleitos, e respeito integralmente aquilo que o Regimento diz. O Regimento não impõe uma fórmula concreta. Dirigi-me a todos com o respeito que esta Assembleia merece, e digo ao Sr. Deputado Luís Lameiras que se fixe no essencial e que ponha de lado o acessório. -----

A orgia financeira que caracterizou a governação socialista neste município culminou já na sua fase de estertor no reconhecimento da situação de desequilíbrio estrutural financeiro. Foi um atestado de incompetência governativa que teve como consequência, entre outras, a obrigação de colocar todos os impostos de âmbito municipal na taxa máxima legalmente prevista. O mandato autárquico de 2013 a 2017 foi de arrumação da casa, de sacrifícios e de rigores. À custa dessa compressão, desse rigor e desse esforço, foram criadas as condições necessárias para que nos libertássemos das amarras decorrentes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e ao Plano de Reequilíbrio Financeiro. Daí que a atual maioria autárquica, liderada pelo Sr. Engenheiro José Paredes, se tivesse comprometido perante a população do Concelho com a aplicação, caso a sua equipa fosse eleita, de um pacote fiscal ousado. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Num gesto de inexcusável honestidade política, o Executivo Permanente não se guardou para o fim do corrente mandato para diminuir consideravelmente a carga fiscal autárquica. Fê-lo logo no início, e com isso esgotou o efeito da novidade. Preferiu devolver rendimentos aos munícipes logo no início do mandato, sacrificando os benefícios partidários que poderia arrecadar. É uma postura que é tributária do nosso apreço. Depois das medidas arrojadas neste domínio, logo no início do mandato, repete-se este ano um conjunto de notícias que caracteriza o pacote fiscal municipal. Atingiu-se agora uma fase de estabilidade e de consolidação das contas municipais que não podem ser postas em causa por intenções demagógicas de ir ainda mais longe. -----

Hoje, depois do PSD primeiro, e a Coligação Afirmar a Nossa Terra depois, terem reposto a normalidade depois da longa noite de governação socialista, é fácil prometer tudo e mais "um par de botas". Os passos dão-se à medida do tamanho das pernas. Ouvir uma certa oposição clamar por uma ainda maior descida de impostos é quase como assistir àquele anúncio a uma marca de detergentes de roupa que é aquele que lava mais branco. Estas propostas de alguma oposição são um verdadeiro branqueamento dos tempos áureos em que por obra e graça do socialismo, então reinante, todos comíamos pela medida grande em matéria de impostos municipais. Hoje, o panorama é incomparavelmente melhor a todos os títulos. -----

Por estas razões, votaremos favoravelmente a proposta que o Executivo Permanente nos apresenta para o ano de 2020. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Ó Sr. Presidente, eu já aqui ouvi numa bancada do lado a dizer que a gente prega até aos peixes. E realmente, lamento dizer que o Sr. Presidente fala para os peixes. Sabe porquê? Porque o Sr. disse, e bem, com todo o rigor, vamos falar deste Executivo. Pois deitaram tudo às urtigas. O Sr. Presidente disse, e começaram logo a falar do passado! Logo do passado, passado, passado, dívida e não sei quê! Já era o que mais faltava não virem com isso! Ó Sr. Deputado, agora um bocadinho, eu ouvi com atenção, por isto é que estou a responder. -----

Então vamos lá. Para responder à dívida. Olhem lá, até foram eles que me ajudaram, porque eu já nem me lembrava. Então não foi o Executivo PS que negociou o reequilíbrio financeiro? E que iniciou o PAEL? Muito bem, riam-se à vontade, mas eu digo-lhes que quem recebeu esse dinheiro não foi o governo PS, foram os senhores! Para pagar as dívidas, mas dívidas de coisas que tínhamos tudo a funcionar: Auditório, Piscinas, Campo de Futebol (deixem-me falar, por favor), variantes, isso tudo! A governação PS deixou tudo a funcionar. E fez algumas dívidas, pois claro que fez muita obra. Mas deixou com que as pagar! Os Srs. só tiveram que receber o dinheiro na mão e geri-lo. É isso que têm que dizer aos munícipes. -----

Depois, também queria dizer: foi proposta do PS diminuir os impostos. E então dizem aqui do lado "ah mas a gente diminuiu os impostos em 2017". Pois pudera; 2017 foi ano de eleições! Em 2017, pois claro, porque é que não haviam de baixar os impostos? -----

Depois, também queria dizer aos Srs. Deputados que tenho pena que o Sr. Deputado Márcio não esteja aqui, tenho pena, mas com certeza que lhe vai chegar esta mensagem.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Se eu, António Joaquim Fernandes, ganhasse doze mil euros por ano, também fazia este papel, de estar aqui a desbobinar e a informar e a buscar isso tudo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr. Deputado limite-se ao tema. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Estou a responder! O Sr. Presidente devia intervir quando se falou aqui de "carneiro", mas eu sou uma pessoa educada, não vou falar de "carneiro", vou falar de "carreiristas". Porque uma coisa é ser carneiro, outra é ser carreirista. E o que se está aqui a ver, que é quem ganha para fazer estas coisas, está a ser carreirista. Está a perceber? É estas coisas que temos que ver, Sr. Presidente. Eu sei que a verdade dói, mas pronto, temos também que saber ouvir, como o Sr. disse, e muito bem. --- Depois, também lhe queria dizer, Sr. Presidente, são palavras que foram aqui ditas, até pelo Sr. Presidente da Câmara. Diz ele: "ah, realmente, baixar os impostos! Quatrocentos mil euros! Realmente, pesa muito no orçamento da Câmara." Ó Sr. Presidente, o que pesa no orçamento da Câmara são as despesas correntes, que já são o dobro ou para cima do dobro das despesas de capital, e por isso é que há um desequilíbrio financeiro, que é preciso dizer a todos os municípios para perceberem como é que isto vai. -----

Portanto, para empregos de conveniência e de amizades, há dinheiro para tudo. Para festas e para essas coisas, também há. Mas depois, não há para baixar o IMI, porque todas as pessoas têm a sua casinha e todas as pessoas precisam que se lhe baixe os impostos, para continuarem a trabalhar e a gerar riqueza neste concelho. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa ao Sr. Presidente da Câmara para responder a estas questões. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Eu não vou debruçar-me novamente sobre a proposta do pacote fiscal, porque já o aqui fiz. Agora, é com algum arrepio na coluna vertebral que ouço algumas declarações absolutamente levianas que aqui são feitas, designadamente pelo Sr. Deputado António Fernandes. Eu conheço bem a situação que deixou, na qual participou ativamente, para a qual contribuiu muito. Quando subia as escadas aqui dos Paços e dispunha, e mandava. Aliás chegou inclusive a ser designado, sem tomar posse, pois os seus compadres se opuseram e não deixaram, não o permitiram, "assessor do gabinete". Pronto, mas para lhe dizer que contribuiu muito para o passivo que hoje nós... -----

PRESIDENTE DA MESA: (murmurinhos) Temos uma boca e dois ouvidos. Temos o direito de falar, mas também temos obrigação de ouvir. Esses comentários foram feitos paralelamente. Portanto, deixe responder. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: E como os Srs. não gostam de ouvir falar em dívida, é exatamente sobre isso que lhes vou falar. Como já há pouco aqui comecei por dizer, em 28 de setembro de 2012, foi deliberada a falência do Município, porque até aí, aqui era a bandalheira, a república das bananas, era o descontrolo absoluto e total. Cifrava-se o passivo municipal, conhecido na altura, superior a 24 milhões de euros. 24 milhões! Se se somar o empréstimo do reequilíbrio e o PAEL, veja-se a quanto fica, quantos milhões ainda ficam dos 24. Mas estou-lhe a falar do passivo conhecido, não lhe estou a falar do passivo incerto, da dívida incerta, da dívida camuflada, muita dela em contencioso, está hoje vertida em contingências. Cerca de dez milhões, cinco e meio da Câmara e quatro e meio das freguesias. Porque a dívida das freguesias, em boa verdade, como o Sr. já o aqui disse, e a

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

sua bancada já o reconheceu e mais que uma vez, não é dívida das Juntas, foi dívida transferida do Município para as Juntas de Freguesia porque o Município precisava de mais capacidade para se endividar e não a tinha. E então obrigou as juntas, e o Sr. esteve bem enquanto Presidente de Junta de Vila Chã, que não a aceitou. Sabia do que se tratava.-----
Quero-lhe dizer, e vai ter oportunidade de ver isso aqui no ponto nove dos nossos assuntos, vem aí uma proposta exatamente para liquidar, até amanhã, duzentos e cinquenta e seis mil euros à ACA (Alberto Couto Alves) por dívidas e juros, das obras do Estádio Municipal de Alijó. O Município foi condenado a todos os níveis. Foi requerida a execução, e portanto temos até amanhã para pagar. Vem aqui no ponto nove, para votar a rubrica para isso. Duzentos e cinquenta e seis mil euros. -----

Mas, Sr. Deputado, a isto some-lhe mais cento e trinta mil euros, depois de uma negociação intensa com José Santos Fernandes & Filhos, também para pagar até ao final deste mês. E some-lhe mais um milhão seiscentos e onze euros à Higino Pinheiro, por obras de 2007, 2008 e 2009 – ano eleitoral. -----

Como sabe, também fomos condenados. a todos os níveis, e depois de uma medição rigorosa das obras, foi possível abater a um milhão seiscentos e onze euros, cerca de cinquenta mil euros por obras não identificadas. O que cifrou um valor total da ação de um milhão, quinhentos e cinquenta mil euros. A este valor, negociámos com o empreiteiro, como prestador de serviços, e conseguimos uma redução de trezentos mil euros. Ficou então a dívida em um milhão, duzentos e cinquenta mil euros. E é isso que estamos a pagar. Devemos neste momento a este empreiteiro cerca de oitocentos e setenta mil euros.- É isto que estamos a pagar. É este o passivo que nos deixaram. É esta a nódoa que nos deixaram, e que se vai refletir na gestão municipal por muitos anos. O Sr. Deputado sabe que ainda estão alguns milhões para ser decididos e que eu não tenho dúvida que o Município vai acabar por ser condenado. -----

Portanto, não podemos! Gostaria muito de poder propor aqui um pacote fiscal muito mais favorável para os alijoenses e para as famílias, mas não posso. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunto ao Sr. Presidente se esta dívida está refletida nestas contas? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta dívida vai refletir-se nas contas em fevereiro, quando fizermos aqui a sua aprovação. Ainda não estão, como é óbvio.-----

PRESIDENTE DA MESA: Eu julgo que o Sr. Presidente respondeu às questões e defendeu a não redução dos impostos. Porque temos de saber confrontar, como tem sido feito, mas também temos de saber ouvir às vezes coisas que nos são desagradáveis. -----

O Sr. Deputado Cláudio Vilela interpela a Mesa. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): A minha interpelação à Mesa vem no sentido de constatar que efetivamente ao longo desta Assembleia tem sido constante a dualidade de critérios da Mesa perante a intervenção das diversas bancadas da Assembleia. Eu próprio, já me cortaram a palavra por fugir do tema. Mas o mesmo não se passou das outras bancadas duas ou três vezes. Isto é um facto, Sr. Presidente. Depois disto, quero apenas usar também algum tempo para dizer que irei apresentar uma declaração de voto sobre este ponto. Muito obrigado. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa coloca à votação o **PONTO 3 – Pacote fiscal para 2020 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, tendo sido aprovado por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor e 13 (treze) abstenções, sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (18). -----

Bancada do PS (4): Fernando Gerardo Alves de Sousa, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda, Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique e Luís Horácio Macedo dos Santos. --

Abstenção: -----

Bancada do PS (11): Alípio de Almeida Alves, António Joaquim Fernandes, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Estela Maria de Jesus Teixeira, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Manuel da Silva Lameiras, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias, Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho. -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Interrompe os trabalhos para um breve intervalo. -----

----- **INTERVALO** -----

PRESIDENTE DA MESA: Faz a chamada e retoma os trabalhos da Ordem do dia. -----

-Introduz o **PONTO 4 – Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020**. Cede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o tema. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Antes de passarmos à explicação mais pormenorizada dos Documentos Previsionais, que será feita pelo nosso diretor financeiro, o Dr. Luís Carvalho, faria aqui uma breve exposição, de carácter mais curto sobre os Documentos Previsionais para 2020. -----

Os Documentos Previsionais estão alicerçados em referências estratégicas de curto, médio e longo alcance, e saliento as seguintes:-----

- Dar continuidade aos projetos municipais já aprovados ou em fase de execução; -----
- Propor e realizar novos projetos estruturantes para o Município;-----
- Continuar a manter as infraestruturas básicas existentes que estão em boas condições de operacionalidade, não descuidando a sua manutenção, e requalificar aquelas que já apresentam sinais de fadiga tão evidentes que não servem os fins para que foram implementadas;-----
- Continuar, gradualmente, a requalificar as estradas municipais; -----
- Implementar o Centro Interpretativo “Do Olival ao Azeite”, que tem como objetivo a promoção do azeite do Município em particular, e do Douro em geral, contribuindo para a atratividade turística do Município; -----
- Apresentar, tal como já o temos feito, candidaturas aos programas de financiamento nacionais e comunitários enquadrando, nas diferentes linhas de financiamento, os projetos

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

que já temos em carteira e fomentando outros que se adequem à estratégia de desenvolvimento que traçámos para o Município; -----

- Requalificar o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro, de acordo com o projeto já aprovado;-----

- Construir um canil municipal; -----

- Implementar um plano de recuperação das áreas ardidas nos incêndios; -----

- Continuar a implementar um Programa Cultural Municipal diversificado, dirigido a todos os públicos; -----

- Continuar a apoiar, de forma decidida mas dialogante, a educação nos vários níveis de ensino, envolvendo neste processo toda a Comunidade Educativa, dando especial atenção à inovação tecnológica e à promoção do sucesso escolar; -----

- Continuar a promover a prática desportiva; -----

- Continuar a dinamizar a Rede Social; -----

- Continuar a implementar políticas integradas de apoio aos mais carenciados em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Organismos da Administração Regional e Central com responsabilidade na Ação Social; -----

- Dar continuidade ao Programa ABEM, Rede Solidária do Medicamento, que visa proporcionar à população mais carenciada o acesso gratuito aos medicamentos com prescrição médica;-----

- Implementar o Programa Dentista de Saúde Oral, que garante a realização de consultas de medicina dentária no Centro de Saúde; -----

- Continuar a implementar políticas inclusivas que privilegiem a mobilidade sustentável, como é o caso da ciclovia Alijó, Favaios, Sanfins do Douro; -----

- Continuar a reforçar o apoio anual às instituições sem fins lucrativos; -----

- Continuar a reforçar o apoio anual às Juntas de Freguesia;-----

- Implementar e instalar o Conselho Económico e Social Municipal que tem como objetivo promover o debate e o pensamento estratégico através da reflexão sobre os problemas financeiros do concelho e a seleção das melhores estratégias para uma boa e transparente execução orçamental;-----

- Preparar a Câmara Municipal para acolher o processo de transferência de competências para as autarquias locais; -----

- Continuar a adotar políticas de recuperação da credibilidade do Município, regularizando o passivo e negociando o pagamento das condenações, pois o número de contingências em tribunal é muito elevado. -----

Os Documentos Previsionais são isso mesmo: previsionais. Estão sujeitos a dinâmicas que não controlamos. Alguns exemplos que aconteceram em 2019:-----

- Cumprimento da Lei do Orçamento de Estado para 2019; -----

- Pagamento das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório realizado no ano 2019; -----

- Publicação do Decreto-lei nº 33/2018, de 15 de Maio, que estabelece as normas de execução orçamental, no seu artigo 147º, prevê a eliminação da redução de 5% do vencimento do pessoal afeto ao gabinete de apoio; -----

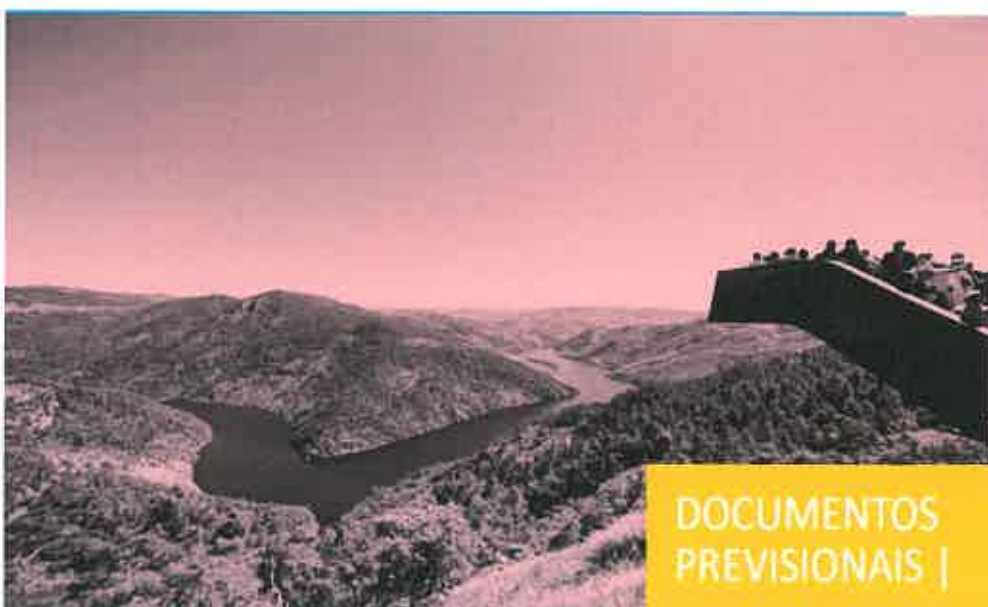
Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



- Pagamento da atualização da base remuneratória da Administração Pública, consagrada no Decreto-lei nº 29/2019, de 20 de Fevereiro, que coincide com o montante correspondente ao atual quarto nível da tabela remuneratória única, ou seja, 635,07€. Esta medida, com um impacto financeiro no orçamento municipal, abrangeu de imediato cerca de setenta trabalhadores da carreira e categoria de assistente operacional, que auferem uma remuneração base de valor inferior a 635 euros, representando uma elevação da mais baixa remuneração que em 2018, se situava em 580 euros. -----

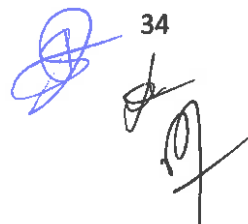
- O subsistema de saúde dos funcionários do Município, a ADSE, representa um esforço com enorme peso orçamental e de difícil previsibilidade, uma vez que o custo a suportar pelo Município depende da necessidade de cuidados de saúde que os trabalhadores manifestem. A cada momento do respetivo acesso aos prestadores de saúde convencionais, não sendo possível antever com exatidão o concreto impacto financeiro no orçamento municipal de tal despesa. Os encargos decorrentes com o uso dos benefícios concedidos pela ADSE são integralmente suportados pelo orçamento municipal, já que nos termos da lei as contribuições mensais dos trabalhadores são receita própria da ADSE, não entrando nos cofres do Município qualquer quantia que permita liquidar o impacto do custo da ADSE para as contas municipais.-----

Sras. e Srs. Deputados, agora sim, passava a palavra ao Sr. Dr. Luís Carvalho, diretor financeiro, para explicar mais em detalhe a nossa proposta dos Documentos Previsionais para 2020.-----



DOCUMENTOS
PREVISIONAIS |

EXERCÍCIO 2020



**RESUMO DO
ORÇAMENTO**

RESUMO DO ORÇAMENTO 2020			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	10 422 770,00	Correntes	8 306 203,18
De capital	2 442 730,00	De capital	4 559 296,82
Total Geral	12 865 500,00	Total Geral	12 865 500,00

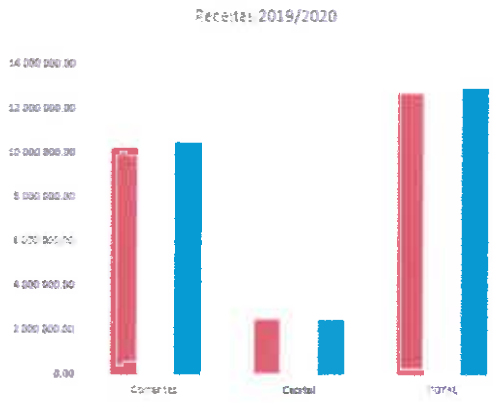
**RESUMO DO
ORÇAMENTO**

RESUMO DO ORÇAMENTO 2019			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	10 150 079,00	Correntes	8 562 514,38
De capital	2 490 167,00	De capital	4 096 327,62
Total Geral	12 640 246,00	Total Geral	12 648 842,00

RESUMO DO ORÇAMENTO 2020			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	10 422 770,00	Correntes	8 306 203,18
De capital	2 442 730,00	De capital	4 559 296,82
Total Geral	12 865 500,00	Total Geral	12 865 500,00

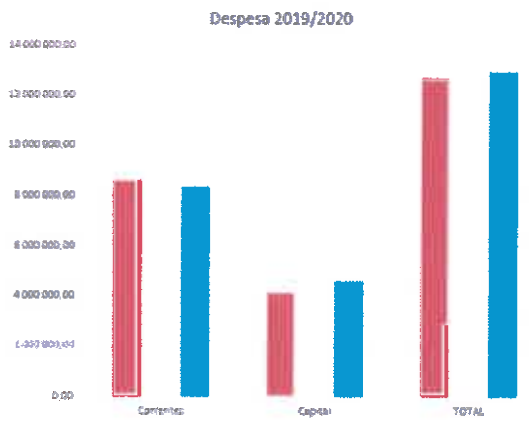
**OM 2019
vs OM 2020**

RECEITA



**OM 2019
vs OM 2020**

DESPESA



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

- De acordo com o preconizado no art.º 40.º sob a epígrafe **Equilíbrio Orçamental no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI)**, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente \geq [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

O Município de Alijó elaborou o **OM2020**, em observância a este princípio, uma vez que:

- A receita corrente prevista no **OM2019** é de €10 422 770,00
- A soma da despesa corrente de €8 306 203,18
- As amortizações médias dos empréstimos de MLP apuradas de €840 220,00

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Receita Corrente \geq [Despesa Corrente + Amortizações Médias de EMLP]

- Este equilíbrio corrente deverá ser verificado no momento de elaboração dos documentos previsionais, isto é, em sede de previsão, mas também em sede de execução.

RESUMO DO ORÇAMENTO



RESUMO DO ORÇAMENTO



RESUMO DO ORÇAMENTO



RESUMO DO ORÇAMENTO



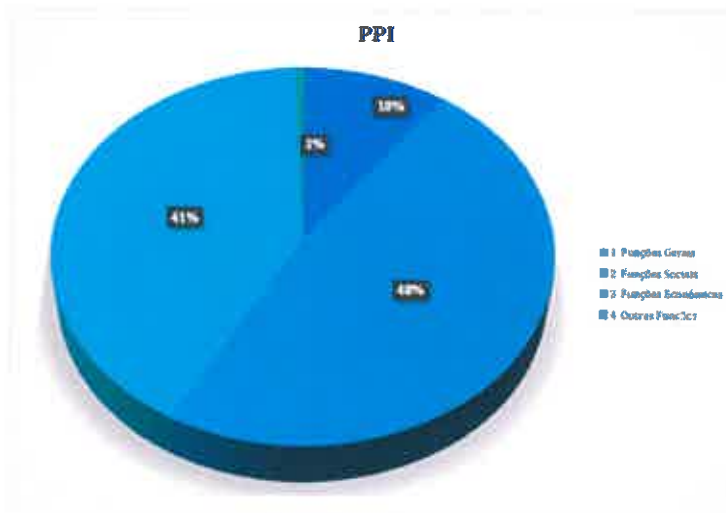
SALDOS ORÇAMENTAIS

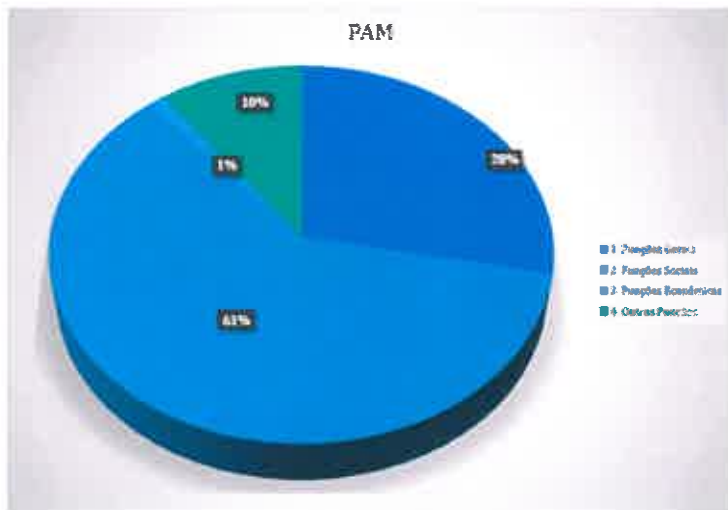
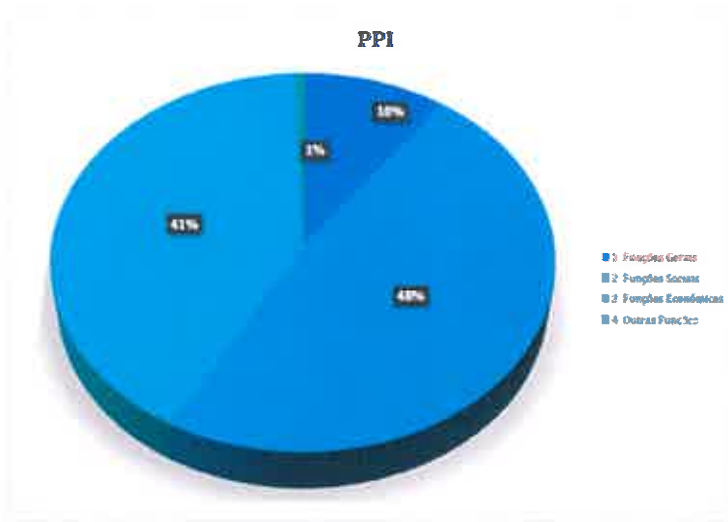
- O Saldo Global, é positivo em cerca de 800 mil euros.
- O Saldo Corrente, é positivo em cerca de 2,1 milhões de euros.
- O Saldo de Capital, é negativo em cerca de 1,3 milhões de euros.
- O Saldo Primário, é positivo, superior a 943 mil euros.

SALDOS ORÇAMENTAIS

- O Saldo Global, é positivo em cerca de 800 mil euros.
- O Saldo Corrente, é positivo em cerca de 2,1 milhões de euros.
- O Saldo de Capital, é negativo em cerca de 1,3 milhões de euros.
- O Saldo Primário, é positivo, superior a 943 mil euros.

PPI







ANEXOS

- Responsabilidades Contingentes
- Mapa das Entidades Participadas
- Mapa de Transferências para Freguesias
- Encargos Plurianuais assumidos
- Proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental
- Mapa de Empréstimos
- Amortizações Médias
- (Mapa de Pessoal)
- (Normas de Execução do Orçamento)

PRESIDENTE DA MESA: Agradece a excelente apresentação e esclarecimentos realizados pelo Sr. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.-----

-Abre período de inscrições. Dá a palavra ao Sr. Deputado António Luís Pereira.-----

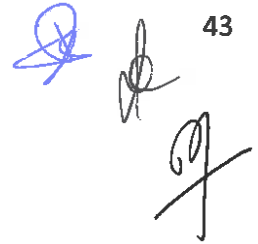
DEPUTADO ANTÓNIO LUÍS PEREIRA (BE): Cumprimenta os presentes. -----

Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda gostava de votar com consciência este Plano e Orçamento para o próximo ano, mas estamos a comunicar que não o conseguimos fazer, porque não dispomos da informação necessária para votar de uma forma esclarecida. Eu vou dar apenas três exemplos; são os três exemplos que me parecem mais emblemáticos, opinião pessoal, claro, deste orçamento.-----

Temos o caso do projeto de valorização do Santuário de Nossa Senhora da Piedade. Sr. Presidente, que é este projeto? A Assembleia alguma vez, em alguma altura, teve a oportunidade de esclarecer sobre o que é este projeto? Eu sei que o apresentou na Vila de Sanfins do Douro. Mas nesta Assembleia nunca apresentou nada, nunca nos disse nada sobre ele! Como é que eu posso votar um Orçamento e um Plano de Atividades, as Opções do Plano para uma coisa como esta, a revalorização do Santuário, se eu não tenho conhecimento do projeto? -----

Segundo exemplo. Aparece-nos também aqui na documentação o propósito ou intenção de construir o Centro Interpretativo do Olival e do Azeite. Sr. Presidente, o que é isto? Alguma vez trouxe a esta Assembleia, deu alguma explicação onde é que isto se localiza? O que é? Como vai ser feito? De que consta?-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



Terceiro exemplo, e para ser rápido Sr. Presidente, porque depois queria fazer uma declaração de voto sobre este ponto. O Conselho Económico e Social. Alguma vez discutiu nesta Assembleia o Conselho Económico e Social que a Autarquia agora está a implementar? Eu soube por acaso, porque acompanho o *site* da Câmara Municipal, não direi diariamente mas com grande assiduidade, e verifiquei que o Conselho Económico e Social estava em discussão pública. Bom, o Bloco de Esquerda só teve a oportunidade de se manifestar e de participar com algumas ideias através dessa participação pública. Espero que tenham recebido as nossas contribuições. -----

Portanto, estes são três exemplos que nos levam a abster-nos, porque na verdade não temos informação suficiente para votarmos em consciência política, que é isso que é necessário implementar a nível desta reunião plenária. -----

Depois, queria também chamar a atenção para um aspeto que está a ser implementado e praticado em diversos concelhos transmontanos, que é o Orçamento Participativo. Sr. Presidente, para quando um Orçamento Participativo também no Concelho de Alijó, onde os cidadãos possam apresentar projetos e pô-los à votação pública, e escolher o melhor ou mais votado, aquele que se considera de maior utilidade para as nossas populações? -----

Era só isto que eu queria dizer, porque ficam no ar as interrogações, e depois voltaria a este tema com a declaração de voto que esperamos fazer sobre este ponto. Obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Rocha.-----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Boa tarde novamente. Não me vou focar muito sobre o Orçamento em si, mas sobre a receita. Claro que é mais fácil de calcular do que a despesa, porque a receita, ao fim e ao cabo, é só pegar no mês de outubro ou no mês de setembro e fazer os cálculos até ao fim do ano. No caso da despesa, também claro que as rubricas são adequadas. Como eu falei aqui no ano passado, não estão em causa as rubricas, está em causa o detalhe das rubricas. É o que falta aqui nas transferências correntes que têm a rubrica central, e depois o detalhe fica por ali. É preciso explicar para onde é que este dinheiro vai.-----

Por exemplo, nós temos aqui na rubrica "instituições sem fins lucrativos". No ano passado foram duzentos e noventa e seis mil euros para essa rubrica, que não tem a ver com as IPSS, mas também tem a ver. E este ano vem aí cento e oitenta e oito mil euros. Agora, isto está correto, sem dúvida, e o detalhe? Eu sei quanto a IPSS que eu dirijo recebu, mas não sei quanto receberam as outras. Não sei quanto receberam as outras! O mínimo que se pode fazer é publicar no *site* institucional da Câmara. Não sei se está, se não está, Sr. Presidente. Se está, ainda bem, mas peca por tardio.-----

Nas transferências para as juntas de freguesia, também estou aqui a notar que houve uma diminuição para vinte e cinco mil euros, contra duzentos mil euros do ano passado. Isto é o que sobressai aqui.-----

Em relação a estas rubricas, já opinei aqui nas sessões anteriores sobre a execução orçamental. A execução orçamental é efetivamente onde se vai buscar, e é isso que aqui falta, o detalhe. E os quadros do detalhe, obviamente. Dito isto, acho que devia ter muito mais específico, porque sabe que tem receita para isto, e não custava nada ser mais específico.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Quanto a outras rubricas, é mais difícil prever, sem dúvida. Nessas, poderia de certeza absoluta dotá-las com o valor correspondente. É só isso que eu queria dizer. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Em primeiro lugar, Sr. Presidente, há pouco estávamos a tratar da questão dos impostos e o Sr. Deputado Márcio Ribeiro teceu considerações a meu respeito. Já aqui foi dito várias vezes que o Sr. facilita a bancada do PSD nesta matéria e corta a palavra aos elementos da bancada do Partido Socialista. Portanto, eu tenho direito a responder. Mas não vai ser grande coisa. Sabe porque é que não vai ser grande coisa? Porque o Sr. Deputado Márcio Ribeiro, devo dizer, é a única pessoa, o único deputado que não sabe o lugar que ocupa. Tem a mania, porque é mania, que usa palavras eloquentes, intelectuais, é o dono da intelectualidade. Ele não se dá conta do risível, do ridículo que ele é! Ao usar palavras rasteiras, vis, é isso que ele faz! Portanto, não vou tecer mais considerações acerca do Sr. Deputado Márcio Ribeiro. Aliás, devo dizer que noutras circunstâncias não usava de certeza absoluta determinadas palavras que ele aqui tem usado. -----

Reportando-me agora àquilo que foi a fundamentação do Sr. Presidente da Câmara relativamente a este ponto. Ainda há pouco referiu, aliás nesta reunião desta Assembleia já referiu por diversas vezes, e tem referido noutras alturas, a dívida que o Partido Socialista deixou a este Município. -----

Sr. Presidente, em 2009, não ia na quinta posição na lista da câmara do Partido Socialista às eleições autárquicas? Esquece-se que fez parte deste projeto? É uma pergunta que lhe faço. -----

Depois, ainda quando nos esteve aqui a apresentar a fundamentação deste orçamento. Lamentou-se com o facto de o Governo aumentar, para o próximo ano, o salário mínimo nacional para 635 euros, que isso vai acarretar uma despesa grande para a Câmara Municipal de Alijó. Com certeza que sim! eu estou de acordo consigo. Então o Sr. não se lembrou da despesa que ia acarretar a entrada dos novos trabalhadores - que entraram nestes dois anos de mandato, que já leva este Executivo - que aumentou num milhão de euros a despesa? Não reparou nisso? Não refletiu acerca disso? -----

Depois há aqui algumas medidas, não me vou reportar acerca de todas elas, mas vou-me reportar aqui a algumas que eu considero importantes, e que gostaria que depois o Sr. Presidente me falasse acerca delas. Por exemplo, uma das medidas é "*propor e realizar novos projetos estruturantes para o Município*". Propor e realizar novos, porque já houve alguns! Que projetos, Sr. Presidente? Diga-me aqui! Esclareça-me! Que projetos? Concretamente, que projetos que façam progredir o Concelho? -----

"*Continuar a manter as infraestruturas básicas existentes e reparar aquelas que não estão em bom estado*". Dou-lhe dois exemplos, apenas dois, mas há muitos mais: o Teatro António Augusto, penso que é assim, de Favaios, este ano comemora cem anos de existência. Se há edifício histórico e cultural que tem uma importância extrema e relevante, este teatro é um deles. O Sr. sabe com certeza o péssimo, lamentável estado em que está este teatro. Será que este teatro também está incluído nos novos projetos, a reestruturação do teatro? -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Já agora falava-lhe também do Teatro de São Mamede: os bastidores, eu já não falo na sala de espetáculos, o Sr. sabe com certeza, que conhece o estado em que estão. Vai ser intervencionado? -----

Depois: "*Promover uma rede integrada de percursos pedestres em todo o Concelho, contribuindo para a promoção do turismo de natureza*", eu pergunto-lhe: refere-se a quê concretamente? -----

Por exemplo, algumas das propostas que a Comissão do Património propôs no relatório, nomeadamente ao Vale do Pinhão, que inclui um passadiço. Ao Ribeiro de São Mamede, que vai desde a ponte até à foz do Ribeiro, será que alguma dessas situações vai ser contemplada? Ou outras que o Relatório apresentou? -----

Depois: "*Apresentar candidaturas aos programas de financiamento nacionais e comunitários aos projetos que já temos em carteira*". Eu que gosto das palavras, sou um amante das palavras, isto é uma linguagem bonita! Mas depois, práxis política, diga-me em que é que consiste concretamente isto? -----

"*Continuar a atribuir ao sector turístico uma importância crescente*". É com a práxis política que os Srs. têm desenvolvido, nomeadamente em relação ao Posto de Turismo do Pinhão, toda a gente sabe o que é, e toda a gente sabe a lacuna que existe pelo facto de não existir um Posto de Turismo no Pinhão. Será que agora vão apressar o Posto de Turismo do Pinhão? -----

Bom, concluindo e resumindo, esta fundamentação do Orçamento, e foi a isso que me reporte, não aos números, é mais do mesmo. Uma linguagem muito bonita, mas depois, com o desenvolvimento do tempo, com o passar dos dias e dos anos, resultado nulo, zero!--

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Alves. -----

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. -----
Eu gostaria de começar esta intervenção por ser muito claro e demonstrar o meu descontentamento por certa oposição pensar que pode dar a este Executivo ensinamentos de como é que se fazem orçamentos. Depois, aquilo que já temos falado muitas vezes, que ao longo de todos os mandatos socialistas nesta Autarquia, os orçamentos foram o descalabro que foram. Por isso, vamos tentar ser o mais claro possível.-----

Nós estamos aqui neste ponto presente com os Documentos Previsionais deste Executivo PSD/CDS.PP. Estes documentos definem aquelas que são as principais ações do Município para o próximo ano. -----

Antes de mais, Sr. Presidente da Câmara, começo por agradecer ao Executivo PSD/CDS pela responsabilidade demonstrada neste documento. De facto, é um documento realista, que define uma estratégia para o Município, e é um documento sóbrio, porque não compromete o futuro do Município. Por isso, Sr. Presidente, obviamente que agora vão surgir novas fórmulas, e pessoas com novas fórmulas, eu diria que são mágicas, para a forma como se vai gerir o Município. Num exercício que eu considero que é utópico, irrealista e populista, a oposição poderá dizer que podia aumentar a despesa, fazendo mais obra e ao mesmo tempo com a solução que também podia reduzir a receita. De facto, o socialismo é laico, mas eu acho que o socialismo está convencido de que o dinheiro cai do céu. E o dinheiro não cai do céu! -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Congratular também este Executivo, ainda tem mais importância quando nós analisamos este Orçamento e analisamos todo o seu contexto, e o contexto em que ele foi feito. Este é um Orçamento que reflete e que apresenta medidas que mostram que o Executivo PSD/CDS está a cumprir aquilo que foram promessas eleitorais, feitas durante a campanha eleitoral. Na altura foi a coligação Afirmar a Nossa Terra, PSD/CDS.PP. Mas também, essas decisões tiveram influência pela irresponsabilidade da gestão socialista, como já vimos. ---- E ainda por cima, estas sessões são assombradas por aquilo que ainda pode vir, fruto de processos judiciais pendentes que são resultado da má gestão do Partido Socialista. A juntar a isto tudo, ainda temos uma oposição que em nada é construtiva. Reparem: nestas quatro menções que eu aponte para explicar as dificuldades deste orçamento, três são influenciadas pela variável socialista. De facto, se eu tivesse que fazer um *slogan* semelhante àqueles que aparecem nos maços de tabaco para lhe explicar isto, eu diria "o socialismo prejudica gravemente a gestão financeira". E também a saúde; não está muito melhor com o socialismo, a saúde. -----

Saliento também isto: essencialmente nós estamos perante uma oposição pouco construtiva. É uma oposição que, na mesma frase, é capaz de dizer a verdade e a mentira. Por isso, é uma oposição que tanto vem para a Assembleia Municipal defender que o Concelho deve ter uma mostra dos produtos de origem do nosso Concelho, que deve ter eventos culturais, como de seguida diz que não devia ter uma ALIFEIRA, nem os Sons no Parque, porque esse dinheiro devia ser canalizado para fazer uma redução do nível fiscal. -- Obviamente que estou convencido que o grande problema que aqui há é o nome, é "ALIFEIRA", porque certamente que o Partido Socialista iria ser capaz de criar outra mostra e essa ainda muito melhor que a ALIFEIRA e que os Sons no Parque, e que não ia gastar dinheiro nenhum! Estou convencido disto. E só não estou convencido porque tenho 27 anos e conheço o passado socialista, e por isso não sou capaz de acreditar nisso. -----

Mas sejamos conscientes. Sr. Presidente, quem não permitiu retribuir os rendimentos às famílias e às empresas do nosso Concelho foram as consequências ruinosas da gestão durante os mandatos do Partido Socialista. Quem prejudicou os jovens do nosso Concelho foram as dívidas causadas nos mandatos do Partido Socialista e que hoje estão a ser pagas. Quem hipotecou o desenvolvimento do Concelho foi o Partido Socialista. Compreendo também que a oposição agora olhe para este Orçamento e só critique o facto de não haver obras físicas, porque de facto ao longo dos mandatos socialistas, o que nós víamos eram obras físicas, porque eram essas obras que eram usadas para, digamos, cativar os eleitores. Digamos que faziam o "show" para esconder o quão "off" estava a gestão do Município. -----

O que a oposição não quer reconhecer é que, de facto, este Orçamento revela que o Executivo PSD/CDS tem medidas focadas nas pessoas e focadas nas famílias. Como é, por exemplo, entre outras, a área da Educação, onde a gratuidade dos transportes escolares, dos livros e fichas, foi exemplo disso. Mais, como já aqui foi falado, a possibilidade que vai ser dada a todos os alunos de terem acesso à plataforma da Escola Virtual, uma ferramenta que cada vez mais é usada e essencial para o sucesso escolar dos alunos. Uma plataforma que muitas pessoas deste concelho não iriam ter possibilidade de adquirir, criando assim

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

uma maior desigualdade. Mas pela missão de prioridades que este Executivo teve, isto vai ser possível, e todos os alunos do Agrupamento de Escolas D. Sancho II terão acesso a esta plataforma da Escola Virtual. -----

Como se pode ver, e para concluir, este Executivo não se desleixa, não se esquece daquilo que é prioritário para o Concelho de Alijó. E sem dúvida, do meu ponto de vista, a Educação é um pilar base deste desenvolvimento. Tenho dito. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Espero que agora também não reparem no tempo, não é? Espero bem. Ora bem, então, caros amigos, por bastante insistência que o Sr. Presidente da Assembleia ponha na moderação... Porque o que nos traz aqui é a discussão deste Orçamento, não é os orçamentos passados! -----

Porque é que continuam, para fazer ver ou para nos iludir (a vocês, que a nós não), que este Orçamento passe, vão buscar sempre o passado, sempre o passado! Eu estou convencido que se eu ainda aqui andar mais tarde de bengala, vocês vão continuar a falar disso! E o objetivo é sempre o PS, é sempre o PS, é sempre o Partido Socialista! -----

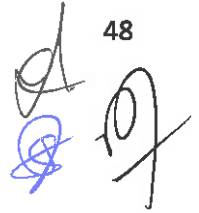
Olhe, queria-lhes dizer uma coisa: sinto-me muito honrado por esta bancada ser tão importante para a bancada do PSD/CDS, porque não sabem dizer outra coisa que não seja mandar "very lights" aqui para esta bancada! E a gente aqui está, vai-os ouvindo, e vão-nos respondendo. Mas realmente é de lamentar... Sabem o que é que vocês querem? Sabe, Sr. Deputado, eu ainda me lembro de uma intervenção que o Sr. fez aqui num 25 de Abril, que era mais para trás ainda meio século. E ainda me lembro, e o Sr. pensa desta forma. Nós pensamos que devemos trabalhar, desenvolver, e criar condições às pessoas para se fixarem neste concelho. -----

Calma lá, o Sr. já vai falar, fala sempre depois de mim, vai falar depois, está bem? Deixe-me agora. É essa a democracia! Não me interrompam, se fazem favor.-----

Então, vamos aqui aos números. O Sr. Presidente disse, e bem, que estava preocupado com aquilo que vamos pagar em relação aos funcionários que paga à Segurança Social, que aumentou, que houve uma revisão agora também por causa do salário mínimo, que teve que aumentar... Pois é Sr. Presidente, eu gostava era que o Sr. aumentasse sem ser obrigado pelas medidas do Governo! Assim é que era uma pessoa com democracia! Agora, estar à espera de ser obrigado? É o que o Sr. está a fazer. Quer que lhe diga uma coisa? O Sr. que até sabe fazer contas de somar, segundo ouvi aqui agora. Eu sei fazer contas de somar e as outras. Do que estou a ver deste Orçamento, só sabe fazer contas de subtrair. Depois vamos lá. -----

Olhe aqui: sabe quanto é que o Sr. está a gastar em despesas correntes? Oito milhões, trezentos e seis mil, duzentos e trinta e um. Sabe quanto é que isso é? Dois terços do Orçamento que o Sr. tem disponível. Sabe quanto é que isso é em percentagem? Sessenta e quatro vírgula seis por cento de percentagem! Isto sim é que é, Sr. Deputado Alexandre, são estas contas que tem que fazer! Sabe quanto é em capital? Em capital, sabe quanto é que o Sr. tem para investimento? Quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove, duzentos e noventa e seis. Então isto é um terço do rendimento que o Sr. tem disponível, e é trinta e cinco vírgula quatro por cento do que tem. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



Ora, num Orçamento tão desequilibrado como este está, não se pode de forma alguma estar à espera de grandes medidas. Sabe o que é me faz lembrar, Sr. Presidente? O Sr. pode gerir como muito bem entender, mas estas contas que o Sr. faz, faz-me lembrar o ex-governo PSD de Passos Coelho, em que era tudo a encolher, tudo a encolher, tudo a encolher e depois deu no que deu, veio a crise, nós suportámos a crise e agora já estamos melhor. Ah pois é! Porque não se expandiu nada, Portugal parou nessa altura! Pois, é, vocês riem-se, podem continuar a rir que nós é que pagamos a fatura! Podem continuar a rir! -----

O Sr. Presidente disse que vai remodelar as estradas do Concelho. Já lhe disse há bocadinho, ótimo, remodele e vá remodelar também os caminhos vicinais, como eu lhe pedi há bocadinho. O Sr. disse que me ia responder, cá estou à espera. Mas olhe, faça também uma coisa, que não me respondeu há bocadinho: a zona norte, mais concretamente o cruzamento da Anta, na Chã, que tem lá saneamento a céu aberto, e os Srs. não vão dizer que foi o Partido Socialista, já cá estão há seis anos, e aquilo continua a céu aberto! Portanto, quem vem a seguir, quem ganha eleições, na minha maneira de ver, ganha as eleições porque as pessoas mudaram o sentido de voto. Se mudaram o sentido de voto, as pessoas, quando votam noutra força política, não é para essa força política obstaculizar as coisas! É para mudar e para fazer as coisas, não é para me dizer que já vem de trás. Mas pronto Sr. Presidente, olhe: queria aqui deixar, porque até o Sr. Presidente tem aqui que vai rever as estações de tratamento, portanto não estou a fugir do tema. -----

Depois, quero aqui deixar uma palavra de apreço pela intervenção da força política Bloco de Esquerda, porque realmente tocou em três pontos essenciais, como exemplo. -----

O Sr. Presidente, como disse, não apresentou, não trouxe aqui nada desses projetos. Depois, se são projetos estruturantes, claro que a Assembleia deve saber disso. Mas olhe, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, não estranhe que ele não traga aqui os projetos, porque o Sr. Presidente da Câmara é "eu, eu, eu, e eu outra vez". E depois alguém mandará alguma coisa. Porque tudo o que se passa nesta Câmara é personalizado no Sr. Presidente da Câmara e nós sabemos disso. Por isso é que ele fica tão escandalizado e diz que eu mandava noutro tempo. Eu não mandava nada, simplesmente no outro mandato do PS havia democracia, ouviam-se as pessoas, os Presidentes de Junta, e toda a gente tinha uma palavra a dizer.-----

Hoje não se ouve ninguém, está tudo personalizado numa pessoa. Querem que lhes diga mais? Sr. Presidente, eu já sabia que ia acontecer isto. Querem que lhes diga mais? Sr. Deputado, em Vila Chã há uma obra que já foi duas ou três vezes a concurso, já vem há seis anos para ser feita, e não foi. E o Presidente da Junta também não sabe o que se lá vai passar, que nunca viu o projeto! Portanto, o Sr. se não vê esse, olhe, estamos em igualdade de circunstâncias. -----

Depois, vêm aqui vangloriar-se, dizer, são estas medidas do ABEM, cadeira dentista e tudo isso. Mal seria! São medidas que vêm de um governo socialista, mal seria se eles não as executassem! E no campo da Educação é a mesma coisa! Os Srs. só têm é que cumprir, não é só receber o dinheiro que vem de lá, de Lisboa! Têm que o aplicar bem! E bem é nestas coisas, e aqui eu aplaudo. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Depois, queria-lhes dizer que o Sr. Presidente, é tudo muito transparente, tudo! Mas olhe que no tempo dos socialistas o mapa que vinha para as freguesias vinha lá a importância que cada um recebia. Não vinha avulso, só numa rubrica, para todas as freguesias. Porque uns vão comer as asas do frango e os outros os peitos e também as pernas. Porque o Sr. não esclareceu o mapa das transferências que vai fazer para as freguesias. -----

Por isso, Sr. Presidente, como eu disse que até sabe fazer contas, então quando admitiu esta gente toda para a Câmara Municipal, não sabia que isso ia agravar as despesas correntes e com o pessoal? Claro que sabia! Só que aí, para responder aqui ao meu lado, o "show-off" é feito agora para iludir as pessoas, não era naquele tempo em que a obra física foi feita, está aí, e está disponível para as pessoas. Não é o que têm agora. -----

E então, já agora, lhe vou dizer: estão cá há seis anos. Diga-me uma obra que se diga assim: foi uma coisa pensada, executada, e o povo está a usufruir destas obras. Sabe o que é que têm? As coisinhas miudinhas e tal, e vamos entretendo o povo com circo, com festas, e é por aí que este Concelho está a caminhar. Muito obrigado. -----

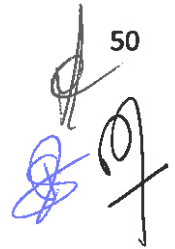
PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu começo por dizer que, efetivamente, foi o socialismo que aumentou as transferências de capital para as autarquias que permite com que o atual Executivo vá fazendo alguma coisa. Já que estamos a falar de socialismo, vamos também dizer que foi o socialismo que permitiu a criação de um programa muito importante, uma medida socialista, e estou a falar concretamente do Programa de Combate ao Insucesso Escolar. Além de prever o combate ao insucesso escolar, permitiu criar alguns postos de trabalho que foram entregues, pelo atual Executivo Municipal, a alguns deputados que se encontravam no desemprego. E que permitiu com que estejam empregados e a usar o seu tempo para fazer grandes discursos de apoio ao atual executivo. Se calhar outros, nas mesmas circunstâncias, também o fariam. -----

Depois, quero logo dar nota, na questão do Orçamento, e nos anexos, que efetivamente não há um mapa que vinha normalmente a acompanhar a discriminação dos valores transferidos para as Juntas de Freguesia, por Junta de Freguesia. Qual será a intenção? Será esconder aquela injustiça que vem sendo praticada há anos pelos executivos do PSD/CDS? De entregar um valor superior a freguesias de menor dimensão, quer em número de eleitores e residentes, quer em área? É aqui que se vê a transparência. Ou será para poderem distribuir o dinheiro das transferências para as Juntas de Freguesia de acordo com conveniências político-partidárias? -----

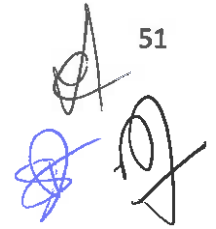
De seguida, queria dizer o seguinte: um documento muito importante, que levou cerca de um ano a construir por alguns deputados municipais que constituíram a Comissão do Património. Foi aprovado na Comissão do Património, por unanimidade, e na Assembleia Municipal por uma larga maioria, sendo que na Comissão do Património a atual bancada do PSD/CDS estava representada por maioria absoluta. Não se vislumbra, neste documento, nenhuma das medidas daquelas que foram aprovadas pela Comissão para execução. Podia até não se ver no início, mas não se vê nada. Portanto, aquele documento serviu para quê? Nós demos o nosso melhor contributo, todos os que constituímos a Comissão. Eu estou a ver que o nosso trabalho foi todo em vão. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



Depois, queria dizer o seguinte: também é verdade aquilo que o meu colega aqui disse. Há um aumento exagerado das despesas correntes. Isso sim, onera a Câmara Municipal para muitos anos, se calhar mais do que os vinte anos que alguns empréstimos que foram contraídos para a execução de obras públicas. Estamos a falar concretamente, e eu aqui vou ter que entrar no quadro de pessoal. É claro que vimos aqui um quadro de pessoal que prevê ainda a criação de mais postos de trabalho. Mas, justificação para tal, nada. Isso sim, é só distribuir o dinheiro municipal para o cumprimento de promessas partidárias. Muito bem, Sr. Presidente.-----

Depois, queria apenas dizer que vou enviar uma declaração de voto *a posteriori*. O nosso voto, como é óbvio, vai ser de abstenção. Nós não somos uma oposição obstaculizante. Efetivamente, estamos a deixar as pessoas trabalhar. Mas isso não implica que nós estejamos aqui calados. Temos que dizer que o nosso caminho seria outro. Seria de outra maneira. E se querem comparar o passado, vejam bem o que era a vivacidade do concelho há meia dúzia de anos atrás, e olhem o que é agora. Não se esqueçam que já estão há seis anos no Executivo da Câmara Municipal. Muito obrigado.-----



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

Declaração de voto

Ponto 4 – Aprovação dos documentos previsionais (orçamento e grandes opções dos planos) para o exercício económico de 2020

O nosso voto de abstenção simboliza que não somos uma oposição obstaculizante, mas sim construtiva, como temos sido desde o início deste mandato.

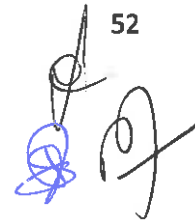
Não obstante, reconhecemos que as atuais políticas municipais estão muito longe de garantir a coesão territorial e a competitividade económica de que o concelho de Alijó carece.

E esta preocupante tendência vai manter-se no próximo ano, como resulta dos documentos previsionais para 2020.

Do lado da receita era possível e desejável ir muito mais além, diminuindo a taxa de IMI, criando incentivos específicos para a reabilitação urbana, adotando a derrama reduzida para as empresas com menor volume de negócios e devolvendo aos contribuintes uma parte do IRS cobrado no concelho. Propostas que defendemos mas que não tiveram acolhimento pela coligação PSD-CDS no orçamento municipal.

Do lado da despesa, confirma-se o enorme aumento das despesas com pessoal, que nos dois anos que leva este mandato autárquico se estima em um milhão de euros. Aumento que é consequência direta da proliferação de empregos camarários, muitos deles de conveniência partidária, que vem acontecendo desde o final de 2017.

Sessão Assembleia Municipal 26 de Novembro de 2019



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

Quanto ao investimento, os documentos previsionais para 2020 repetem meras intenções de investimento, que ano após ano se vão repetindo sem execução. A este nível vemos com preocupação a incapacidade revelada pela Câmara Municipal para executar investimentos com comparticipação comunitária, sendo vários os casos de projetos que não saem do papel, estando em risco de perda centenas de milhares de euros de fundos comunitários.

Sendo o orçamento municipal uma previsão, permite-nos prever que em 2020 a atuação camarária continuará a ser uma desilusão, com total ausência de um desígnio estratégico.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista

(Cláudio Miguel da Cruz Vilela)

Sessão Assembleia Municipal 26 de Novembro de 2019



PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro.

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Sr. Deputado Luís Lameiras: não faça gala da sua ignorância! Se porventura não compreende aquilo que eu digo, tenho todo o gosto em recomendar alguns bons dicionários. Não lhos ofereço, mas no mínimo recomendo-lhos. É curioso que só fala quem tem que se lhe diga! E é precisamente o Sr. Deputado Lameiras, que é conhecido por utilizar um jargão pretensioso para demonstrar uma certa erudição. Ainda há pouco, na sua própria intervenção, veio ao arcaz do seu vocabulário tirar uma ou duas expressões para causar grande impacto. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado quer esconder as suas misérias na exposição de pretensas misérias alheias. A sua sorte, Sr. Deputado Lameiras, é que o ridículo não mata! -----

Sobre a política de igualdade do Partido Socialista na relação com as Juntas de Freguesia, é impressionante como ainda há a lata, a expressão não é outra, a lata de alguém pôr em causa aquilo que é a relação atual, esquecendo-se, porque a memória é curta ou às vezes não interessa, de como se passavam as coisas ainda não há assim tanto tempo. Basta lembrarmo-nos, no último mandato do longo período de governação socialista, de 2009 a 2013, em que as Juntas da oposição, apesar de serem poucas, pouco ou nada recebiam. Houve vários anos em que várias Juntas, apenas porque não eram da cor política do Executivo Municipal, porque não eram socialistas, não recebiam um tostão. É esta a política de igualdade do Partido Socialista, nesta como em outras matérias. -----

Relativamente ao documento que agora apreciamos, o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa apresentaram-se ao eleitorado com determinado programa e com um conjunto de compromissos. O que nós vemos neste documento é o reflexo desses compromissos, é o respeito pela palavra dada perante os eleitores e perante os munícipes. Por essas razões, naturalmente que o nosso sentido de voto é necessariamente favorável. -----

PRESIDENTE DA MESA: Solicita ao Sr. Presidente da Câmara para elucidar as questões levantadas pelos Srs. Deputados.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Sras. e Srs. Deputados, quem pesou neste Município em que os orçamentos subiram acima de trinta milhões? Acima de trinta milhões. Vendiam-se as igrejas, as piscinas, as estradas municipais, os campos de futebol, vendia-se tudo. Isto para quê? Para permitir aos executivos gastar! Quando se sabia perfeitamente que a receita arrecadada nunca chegaria àquele valor. Nunca chegaria àquele valor! Era um expediente que se usava para enganar designadamente as Assembleias, e os Srs. com certeza não se deram conta. Como enganaram a Assembleia numa série de outras situações, designadamente na contração de empréstimos bancários com determinado fim, e que depois não foram usados para aquele fim. Mas pronto. Mas havia, efetivamente, anos em que os orçamentos subiam acima dos trinta milhões. Nós não vendemos rigorosamente nada, pelo contrário! Este Executivo Municipal, e o anterior também, enriqueceu o património municipal. Adquiriu inclusive imóveis que os anteriores executivos venderam, porque estavam falidos. E venderam. O Executivo do PSD enriqueceu o património. E continuam a enriquecer, e continuam a adquirir. E só no ano passado adquirimos património, ou enriquecemos o património em valores muito superiores a oitocentos mil euros, que nos vai permitir agora fazer investimentos.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Portanto, desde logo com rigor, realismo como dizia o Sr. Deputado Alexandre, realismo na realização dos documentos previsionais e na elaboração do Orçamento. A receita é conhecida. Os valores do nosso Orçamento não chegam a treze milhões de euros, são doze milhões e oitocentos mil euros, ponto final. É isto, é com isto que temos que nos governar. É com isto que temos que nos governar. -----

Falava-se aqui no aumento exponencial das despesas correntes, falava-se no baixo investimento de capital. Mas sabem, viram com certeza, repararam qual é a receita de capital do orçamento de um município como o de Alijó! Um milhão e cem mil euros! É isto que o Estado pretende que o Município execute em termos de investimento, porque só lhe dá isto. Mas também viram aqui que o défice de capital que é superior, que é de um milhão e trezentos mil. O que quer dizer que as despesas, as receitas correntes vão financiar investimentos, despesas de capital. -----

É esta ginástica a fazer. Os Srs. percebem, aperceberam-se e notaram. Mas continuam a sacudir a água do capote e continuam a querer iludir as pessoas e quem os ouve. Efetivamente, bem me apetecia dizer: "muito bem cantas, mas não me encantas". -----

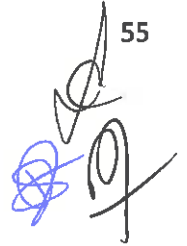
Sr. Deputado António Rocha, relativamente aos documentos Previsionais, o Orçamento tem uma norma de elaboração. Sempre teve, e se calhar pedíamos ao Dr. Luís Carvalho, num próximo documento, esmiúce mais para que se perceba melhor. Mas efetivamente há modelos, há normas. -----

Sr. Deputado António Luís Pereira, percebo a sua ansiedade, e tem razão. Também eu estou a aprender. -----

Alguém questionou aqui, quais eram efetivamente os projetos estruturantes. Eu só na agenda de hoje vejo aí quatro; quatro que estão hoje aqui para falar! Quatro grandes projetos estruturantes! Mas parece que ninguém os enxerga! Ou pelo menos quem os questiona não os enxergou ainda. -----

Sr. Deputado António Luís Pereira, dou-lhe razão. Não sei se pretende se eu esclareça aqui por alto ou fale deste projeto, se é um projeto que consideramos efetivamente relevante. Quanto ao projeto da Senhora da Piedade, achamos que o Santuário da Senhora da Piedade tem uma capacidade enorme para se tornar num grande polo de atratividade turística para o Concelho. Um grande polo que possa alavancar o crescimento da economia sanfinesa, que estagnou a partir de certa altura, e deve rever-se naquele Santuário. Porque falar aos sanfineses no Santuário da Senhora da Piedade é de facto falar-lhes à alma. E eu percebo, percebemos isto. Achámos efetivamente que o Santuário tem capacidade para se transformar num polo de atratividade muito grande e desenvolver a economia, não só de Sanfins, mas do Concelho, e portanto vamos investir. O projeto, que só esperava por esta reunião da Assembleia e já vão ver porquê, entrará imediatamente em concurso e ronda sensivelmente os oitocentos mil euros. Consta do projeto criar condições para que o trânsito automóvel de passageiros pesados via Sanfins do Douro aceda ao Santuário da Senhora da Piedade, requalificação de todos os acessos, em termos de pavimento, em termos de muros, em termos de iluminação pública, redes de água, miradouro, passeio, com capacidade, ou melhor, com condições para a deslocação de pessoas com mobilidade reduzida. Enfim, é uma requalificação total daquele Santuário. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



Relativamente ao Centro Interpretativo do Olival ao Azeite do Douro. É um investimento que está candidatado a fundos comunitários. São novecentos mil euros, é no Castedo e é numa antiga azenha à chegada ao Castedo que adquirimos por duzentos e cinquenta mil euros, azenha mais logradouro. Vamos criar um centro interpretativo, contar a história desde o olival até à mesa. Inclusive com demonstração em contexto culinário. Devo dizer-lhe que contará também com um restaurante, com chefes de cozinha. Quem tenha mão para a cozinha pode fazer demonstração dos mais diversos azeites do nosso concelho, em contexto culinário. E com uma secção, um grande espaço também para exposição e venda, não só de azeite mas de outros produtos endógenos do nosso Concelho. -----

Quanto ao Conselho Económico e Social Municipal, termina amanhã, dia 27, o período de consulta pública. Foi rececionada, de facto, a participação do Bloco de Esquerda. Tê-la-emos em consideração. Vai ser elaborado agora um relatório de análise que será submetido à Câmara Municipal para integração ou não dos contributos que foram participados. Mas desde já lhe agradeço o contributo da sua força política. -----

Relativamente aos documentos participativos, ainda não foi possível. Também se falou disso em Câmara. Eu entendia ou julgava que era possível, e não o conseguimos, e lamento, operacionalizar o Conselho Económico Social mais cedo, porque era nossa intenção, na elaboração destes documentos para 2020, fosse já possível obter a participação deste Conselho. No próximo ano já será possível. Na próxima Assembleia teremos aqui já o Regulamento definitivo para aprovação, mas é uma questão de facto a pensar e um orçamento participativo para 2021. Teremos isso em consideração. -----

Sr. Deputado Luís Lameiras, não me recordo, há de me fazer o favor de me recordar, mas não tenho memória de, em 2009, termos integrado uma lista pelo Partido Socialista à Câmara Municipal. Não tenho memória, há de me fazer o favor de me recordar, está bem? Anda desatualizado, Sr. Deputado. Insiste, continua a laborar em erro quando fala no acréscimo de um milhão de euros em despesas com pessoal. Nada mais errado, Sr. Deputado. Mas nós cá estaremos em fevereiro, aquando da aprovação do Relatório de Contas, para analisar esta situação e verá que tenho razão. -----

Relativamente aos projetos estruturantes, portanto, veja a agenda desta reunião, e logo aí verá quatro, para além de outros, que são apenas os principais. Relativamente à rede de percursos pedestres, quero-lhe dizer que está em audiência prévia uma candidatura de duzentos mil euros, que prevê algumas das propostas, designadamente para aquela zona do rio Pinhão. -----

Queria também, quando há bocadinho falei do enriquecimento do património municipal, era também com o objetivo de responder, porque nós deparámo-nos com algumas situações que eram peculiares. Deparámo-nos com investimentos públicos feitos pelo anterior Executivo em propriedade privada, sem nunca termos registado nada em nome do Município. Tenho de dizer todas as circunstâncias. Era um *modus operandi*, e era assim, e nós não vamos por aí. Nós, qualquer investimento que façamos, adquirimos primeiro e registamos em nome do Município para que mais tarde não haja problemas. Estou-lhe a falar de investimentos em fossas sépticas, em pás compactas. Estou-lhe a falar de todos os investimentos que o Município faça e que tenham necessidade de utilizar propriedade

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

privada. Primeiro adquire-se e regista-se para que mais tarde não tenha problemas. No passado, não era assim. Julgo que sabe isso.-----

Sr. Deputado António Fernandes, fala-me aqui no saneamento a céu aberto na Chã, quando você sabe que é o único culpado daquela situação, não sabe? O Sr. tem uma lata, permita-me que lhe diga, um descaramento! O Sr. é o único culpado daquela situação porque foi o Sr. que a criou! Ponto final. Foi o Sr. que a criou! Resolvê-la-emos quando pudermos, está bem?-----

Relativamente a um mapa com a distribuição das verbas para as freguesias em 2020, meu caro amigo, Sr. Deputado, já nos documentos de 2019 não constava esse mapa. Constava o valor total a transferir. Ponto final. E depois há critérios, de acordo com as solicitações também de cada Junta de Freguesia. Ponto final. Eu já disse na minha intervenção inicial que o objetivo não é cortar, pelo contrário, é continuar a apoiar na mesma medida as nossas freguesias. Ponto final. Não sei qual é a dúvida. -----

Quando o Sr. fala que uns comem, tentando imputar a este Executivo, digamos, poder discricionário nesta matéria, e quando diz que a intenção é que uns comam os ossos e outros comam os peitos. Nós, é assim, connosco todos comem por igual. Noutros tempos, comiam dívidas, que era a única coisa que lhe davam. O Sr. sabe disso Sr. Deputado. Dívidas, pesadas dívidas! Era isso que comiam. Outros, nem dívida comiam, não comiam rigorosamente nada. Está dito.-----

PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Sr. Presidente. Eu queria esclarecer, permita-me uma questão: se provocam, eu não consigo reter as palavras das pessoas, obviamente que sou crítico em relação a um lado ou em relação a outro. As palavras não devem ser ditas, ponto final. Eu não tenho o poder de fazer filtros. Vem da provocação das pessoas. Este é o meu comentário desde a primeira hora.-----

Eu queria esclarecer aqui em relação às declarações de voto, a título pessoal ou grupo parlamentar, tem direito a produzir no final de cada votação uma declaração de voto.

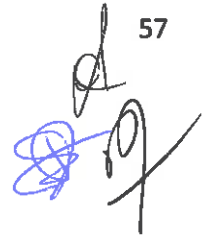
O Sr. Deputado António Fernandes pede a palavra. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só para dizer duas coisas! Eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se tentar, na altura, porque nós não nascemos com o saneamento feito, tentar resolver uma situação que estava à porta, numa rotunda, dejetos, se isso é ser culpado! E sabe o que é que eu fiz? Sabe, mas não quer dizer. Já lhe expliquei. É que, quando foi que as Águas de Portugal fizeram a grande conduta, o Presidente da Junta, e bem, que só me está a dar um elogio, Sr. Presidente, falou com eles e deixou a tubagem já metida para que a Câmara não gastasse dinheiro. Portanto, articulado com a Câmara da altura. Portanto, isso é eu ser culpado? É ser culpado de resolver uma situação? -----

Sr. Presidente, a ingratidão é o pior que há neste mundo. E o Sr. tem razões para ser grato à Câmara, porque foi com ela que o Sr. veio para cá. Eu não lhe queria dizer isso porque sou seu amigo, mas o Sr. assim me obriga! -----

PRESIDENTE DA MESA: Estamos aqui a ultrapassar os limites de diálogo, que era desnecessário. Eu chamo à atenção, por favor, peço-vos um bocado de silêncio. Eu chamo à atenção, esta é uma discussão política. Obviamente que uns gostam e outros não gostam. Lamentavelmente, há algumas palavras que não devem ser ditas. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 4 – Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020**, tendo sido deliberado aprovar, por maioria, com 21 (vinte e um) votos a favor e 14 (catorze) abstenções; sendo que os votos foram assim distribuídos: -----

A favor: -----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (18). -----

Bancada do PS (3): Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho. -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (12): Alípio de Almeida Alves, António Joaquim Fernandes, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Estela Maria de Jesus Teixeira, Evaristo José Luxo Hipólito, Fernando Gerardo Alves de Sousa, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Luís Horácio Macedo dos Santos, Luís Manuel da Silva Lameiras, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias e Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo. -----

Bancada do BE (2). -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 5– Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para a “Requalificação da Via Municipal com Acesso ao Santuário da Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro – 2019//16”**. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Acabei de falar neste investimento, de oitocentos mil euros, mais coisa, menos coisa. Consiste naquilo que há bocadinho acabei de referir. Este projeto estava pensado para se iniciar ainda em 2019, e por isso nos Documentos Previsionais para 2019 tinha uma verba para ser executada. Como este investimento não vai ter execução no ano económico de 2019, portanto, vai transitar para 2020-2021, sendo portanto investimento plurianual, carecendo desde logo de autorização da Assembleia Municipal. -----

Esta reprogramação consiste em retirar dos Documentos Previsionais deste ano a verba que estava para executar e reprogramá-la para os anos de 2020 e 2021. É isso que se propõe, é para isso que se pede autorização à Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para intervenção. Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Efetivamente, Sr. Presidente, tinha alguma hesitação em me inscrever neste ponto porque normalmente eu não sou bom juiz em causa própria. Este projeto, que envolve o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, é importante para a revitalização da Vila de Sanfins do Douro. Agora, eu fiquei com algumas dúvidas. Porque eu vinha aqui votar uma coisa e o Sr. Presidente, há pouco, disse que só esperava por esta Assembleia para o projeto avançar. Desde já lhe digo, vou votar favoravelmente! E se pudesse votar duas vezes, também votava. -----

Mas deixou-me aqui algumas dúvidas nas suas intervenções, Sr. Presidente. Há pouco, na intervenção do Orçamento, disse assim: "pretendemos requalificar o Santuário de Nossa Senhora da Piedade". Citei aquilo que o Sr. Presidente disse. De facto, olho agora aqui para



o ponto cinco e nós vamos votar uma requalificação da Via Municipal com Acesso ao Santuário da Nossa Senhora da Piedade. Era isto. Mas vou votar favoravelmente, é claro.---

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Claro que o Sr. Deputado Cláudio vai votar favoravelmente, e penso que toda a gente vai votar favoravelmente, porque olhando à dimensão do que é aquele projeto, e aqui também louvo o Sr. Presidente da Câmara, que com pompa e circunstância, num dia de festa, fim de missa, foi apresentar o projeto a Sanfins. Muito bem, eu concordo, não tenho nada contra. E se ainda lá estivesse agora a apresentá-lo, não me incomodaria também. Mas há aqui uma coisa Sr. Presidente, que eu saiba em Sanfins do Douro disse que tinha um milhão para gastar naquele projeto. Um milhão, muito bem. E não disse que era uma requalificação, disse que ia ali investir um milhão de euros. Ora muito bem, conhecendo nós Sanfins do Douro como conhecemos, sabemos a alma, o sonho, tudo o que gira em Sanfins do Douro, e em volta da Senhora da Piedade. Eu, ironia do destino, até casei lá também, também sou admirador. Sabemos que, para Sanfins do Douro, é Deus no céu e a Senhora da Piedade na terra. Muito bem, do que vejo, bem feitas as contas, de um milhão já vem para oitocentos mil, já não é um milhão! Portanto, um quarto desta despesa já lá vai e ainda irão outras.-----

Depois, o Sr. Presidente da Câmara, e até me devia pagar também por estes conselhos, sabe que aquela subida, tão íngreme como é, minada por algumas árvores mimosas e outros arbustos que lá têm, sabe que se mete ali trânsito mais do que o que está, e até se calhar, o que está, já não é muito aconselhável. Podem ruir alguns muros, Sr. Presidente.-- E depois, tem outra coisa: já que tanto falam do Partido Socialista e da visão larga que tinha o Partido Socialista, queria-lhe dizer, e quando eu digo larga, só lhes vou lembrar que a única expansão de Alijó foi feita com o Partido Socialista: Centro de Saúde e campo de futebol, aquela área toda era agrícola, não havia lá nada. Não havia lá nada, foi connosco, mas pronto. -----

Para não me desviar do assunto, o Partido Socialista para Sanfins do Douro tinha algo com muito mais futuro. Tinha uma variante a passar ao lado da Senhora da Piedade e a ir sair ao fundo de Sanfins do Douro. Por isso é que se fez, no tempo do Sócrates, aquela ponte aérea no IC5. As pessoas não sabem disso, portanto estava-se a ver longe, largo. E então, aí sim, com a variante, que se chegou a andar a fazer expropriações, ao lado da Senhora da Piedade, os camiões, os carros grandes iam à Senhora da Piedade, mas para baixo havia a variante. Portanto, aquilo, como o Sr. disse que vai intervir, vamos ver no fim como é que vai ficar. Não sofria o peso dos camiões nem iria ser adulterado. Continuará como estrada pedonal, afeta à religião, as pessoas iam, acompanhavam, benziavam-se, rezavam e podiam fazer tudo. Agora como é que as pessoas vão rezar junto das capelas porque os carros e os camiões passam ali ao lado? Sr. Presidente, repense esta situação. Depois, outra coisa, o Sr. previu isto no PDM? Está contemplado? -----

Depois, sabe o que é que eu temo? Como eu disse, um quarto da verba já lá vai. Que o tempo vá passando, o Sr. Presidente com certeza, involuntariamente, não vai conseguir fazer a obra, e depois tem os sanfinenses que não vão gostar nada desta situação. Olhe que estou a ser seu amigo, Sr. Presidente. Por isso, e repare neste conselho, está bem?-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder aos Srs. Deputados.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Obviamente que quando eu lhe disse que tinha um milhão para gastar em Sanfins do Douro, e tenho efetivamente, não há de andar longe, até porque uma obra desta dimensão, no final, espero bem que não, mas sempre dará algumas obras imprevistas.-----

Quanto aos muros e à sua segurança, Sr. Deputado, o projeto inicial previu o devido reforço deste muros exatamente para permitir suportar os pesos adicionais, dos pesos pesados. Quanto a rezar em volta das capelinhas, o espaço disponível vai ser aumentado e haverá até melhores condições para que as pessoas possam rezar. Será permitido o acesso a pessoas com mobilidade condicionada através de um passeio com piso adequado. Será criado um miradouro à chegada, de quem chega da variante à Senhora da Piedade, com vista para norte e poente. Onde não há suportes, serão criados; onde não há muros para elevar acima das vias, serão criados. É uma requalificação total. Não vamos rasgar via nenhuma, porque não é obra nova, é requalificar.-----

Admito que possa haver uma certa disparidade entre a designação que aqui vem e o que ouviram falar, mas ambas são as mesmas coisas. Aliás, o Deputado Cláudio Vilela acompanhou a apresentação que fiz e sabe do que é que estamos a falar. Muito obrigado. --

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 5 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para a “Requalificação da Via Municipal com Acesso ao Santuário da Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro – 2019//16”**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos.-----

Introduz o **PONTO 6 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Rua da Arcã – 2019//91”**. --
Dá novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O pedido de reprogramação é em tudo semelhante ao anterior. A filosofia é exatamente a mesma, trata-se apenas de uma outra obra, que é uma obra para a qual o Executivo decidiu avançar ultimamente fruto de um reforço de fundos comunitários, por via do PARU (Plano de Ação para a Reabilitação Urbana). Tivemos um reforço muito significativo. Estes meios financeiros apenas podem ser canalizados para centros urbanos incluídos em zonas de degradação urbana, e portanto decidimos avançar para a requalificação de todo o espaço público do Bairro da Arcã. Desde infraestruturas subterrâneas, distribuição de água, redes de esgotos e pavimentos. É disto que se trata. É uma obra para avançar, que também tinha uma verba prevista para 2019, portanto, não vai ser possível, vai entrar agora em concurso. Portanto, iniciar-se-á em 2020, daí a reprogramação. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Pede aos Srs. Deputados que pretendam intervir neste ponto para se inscreverem. Dá a palavra à Sra. Deputada Aurelina Pereira.-----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Eu, enquanto Presidente de Junta de Alijó e, acima de tudo, enquanto alijoense, quero manifestar aqui o meu contentamento

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



pela realização desta obra, pela requalificação do Bairro da Arcã, porque é uma obra que já há muitos anos é ansiada pelos seus residentes. Muito obrigada à Câmara Municipal de Alijó, ao Sr. Presidente e ao Executivo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves.-----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Eu também quero congratular-me com esta obra. Mas atenção: aquilo não é Bairro da Arcã, aquilo é Rua da Arcã. Certo, mas mesmo assim, dentro da Arcã, temos o nome das ruas. Se calhar não dava para fazer o projeto, porque aquilo tem várias ruas dentro da Arcã. Eu quero dizer que também estou muito contente com esta obra e com as que vêm aqui para a Árvore grande, para a Rua Teixeira de Sousa.

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 6 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2019/2020 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Rua da Arcã – 2019/1/91”**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos.-----

Introduz o **PONTO 7 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Área Envolvente ao Plátano de Alijó – 2018/1/1”**. Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Mais um projeto estruturante, mais uma obra financiada por fundos comunitários, exatamente pela mesma medida, o PARU. É uma obra que já deveria estar em execução. Fruto de alguns condicionalismos, colocados designadamente pelo ICNF, que tinha que se pronunciar relativamente à proposta de intervenção, por se tratar de uma árvore classificada como é o Plátano. Tivemos que fazer uma alteração significativa a toda a arquitetura e aos materiais em uso. Tivemos que reprogramar toda a intervenção. Em termos de valores, esta intervenção não sofre alteração significativa. Contudo, em termos arquitetónicos, sofre. E em termos de materiais a usar e das técnicas de trabalho a usar. Portanto, não vai ter execução em 2019. Seguirá para concurso imediatamente, e prevê-se a sua execução para 2020 e 2021. Obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Pede aos Srs. Deputados para se inscreverem para intervir no âmbito do PONTO 7. Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves.-----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Eu gosto imenso que aquilo vá ser feito, mas no entanto também continuo a deixar aqui o pedido dos focos porque a obra, até porque vai ser feita durante dois anos, e acho que aquilo é fácil de iluminar agora brevemente.-----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Rocha.-----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): De facto, os valores que estão aqui são elevados. E nós pretendíamos, tal como noutras situações aqui requeremos, se nos vai aqui trazer de facto pelo menos mostrar o que vai constar a obra, mostrar o projeto da obra. Era isso que pedíamos.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 7 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Regeneração Urbana – Requalificação da Área Envolvente ao Plátano de Alijó – 2018/1/1”**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos.-----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Introduz o **PONTO 8 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Plano de Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável – Ciclovia do Campo Meio – 2019/I/74”**. Cede a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Um outro projeto verdadeiramente estruturante, para quem duvidava dos projetos estruturantes. Trata-se de uma ciclovia, ou ecovia, se quiserem, na dupla vertente ciclo e pedonal, que ligará as três vilas principais, mais centrais do nosso Concelho: Alijó, Favaios e Sanfins do Douro. É um investimento fortemente apoiado por fundos comunitários em 85%. São 7,4 km de ciclovia. Esta obra encontra-se neste momento em concurso público, termina no próximo dia 29 o prazo da apresentação das candidaturas. É a terceira vez que está em concurso. Infelizmente, já deveria estar praticamente executada, mas não é fácil, pelo menos os empreiteiros não têm pegado nesta obra. Fruto de alguma sensibilização que fizemos junto de alguns empreiteiros no sentido de os esclarecer melhor sobre as características dessa obra, estou convencido que até ao próximo dia 29 deste mês teremos concorrentes para esta obra, e que ela avançará definitivamente. É a terceira vez, repito, que esta obra está em concurso. Portanto, tem que ser reprogramada financeiramente. Não vai ter execução em 2019, mas em 2020 e 2021. Em princípio, é o mesmo que já aqui falámos. É isso que se pede à Assembleia, que autorize esta reprogramação. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Pede aos Srs. Deputados para se inscreverem para participar da discussão. Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.-----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): É para dizer que é óbvio que me congratulo com esta obra, como com as outras. Mas esta, com o sentimento mais elevado, ou seja, um agridoce. Concordo com a obra, e lamento que a barragem, que é um ponto nevrálgico do coração do Concelho, não seja contemplada com esta via. Depois, diz o Sr. Presidente, e bem, ou bem mal, que vai ligar as três vilas deste Concelho. Pois, muito bem, mas não vai ligar a quarta vila, que até é a mais importante para mim, que é Vila Chã. Tenho pena. Portanto, Vila Chã não entra neste projeto, e eu fico com pena. Contudo, vou votar favoravelmente.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Vemos com bons olhos este projeto, e, sendo ele financiado em tão larga escala pela União Europeia, ainda melhor. Como podemos ver, neste projeto municipal estruturante, os concursos também ficam vazios. Como também acontece nas grandes obras do Estado, como a ferrovia do Douro, que entretanto os concursos estão ganhos. Entretanto, não há condições porque as empresas que ganham os concursos não têm condições para executar as obras. Não é isto que o Município quer. O Município quer que haja concursos claros, que haja empreiteiros que peguem nas obras e que as executem. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 8 – Pedido de reprogramação do PPI 2019 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020/2021 da empreitada para “Plano de Acessibilidades e Mobilidade**

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019

Urbana Sustentável – Ciclovia do Campo Meio – 2019/I/74", tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos.-----

Introduz o **PONTO 9 – 34.ª modificação aos Documentos Previsionais 2019 – Revisão**.
Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É uma modificação aos Documentos Previsionais de 2019, por revisão. Portanto, carece de autorização da Assembleia Municipal. Consubstancia-se basicamente na criação de novos projetos, e na reutilização de algumas verbas resultantes de projetos que não foram executados na totalidade, ou pelo menos não esgotaram a verba na totalidade, e portanto, a reutilização dessas verbas para outros projetos. -----

Mas, basicamente, esta modificação consiste na criação de uma rubrica ou na dotação de uma rubrica para solver ou liquidar o acordo que fizemos com José Santos Fernandes & Filhos, no valor de cento e trinta mil euros, para liquidar parte de uma ação que estava no Tribunal de Mirandela, relativamente à qual chegámos a acordo. Visa também criar condições para amanhã, como já aqui falei, liquidar junto da Alberto Couto Alves a condenação do valor de duzentos e cinquenta mil euros, resultantes de um pedido de indemnização e de juros. Consubstancia também um reforço do projeto que acabámos há bocadinho de aprovar, que é a obra do Plátano, que carecia de um reforço financeiro, se a memória não me falha, de cerca de vinte e cinco mil euros, e portanto esta modificação permite também reforçar este projeto nesse montante para que possamos avançar para concurso. Muito obrigado.-----

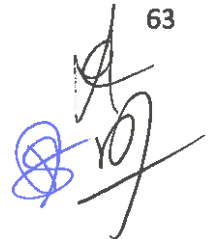
PRESIDENTE DA MESA: Abre as inscrições para intervenção. Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Neste ponto em concreto, queria usar da palavra para dizer o seguinte: no fundo, é complementar alguma informação que vem sendo dada aqui ao longo da Assembleia e que o meu colega Fernandes já falou, e que, acima de tudo, o meu colega e Ex-Presidente de Junta de Freguesia de Alijó, Alípio Alves, bem conhece. -----

E vou enunciar com as palavras do Sr. Presidente, que o Sr. Presidente usou há pouco na reprogramação da obra do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em que já estava a prever uma derrapagem orçamental para chegar perto do milhão de euros na execução da obra. Portanto, as obras têm destas coisas e é aquilo que está aqui em causa. Esta motivação do empreiteiro, e uso também as palavras do Sr. Presidente da Câmara, dizer que são intransigentes, que se escondem atrás de um escritório de advogados para exigir uma quantia que não sabemos ao certo se era devida ou não. Mas pegam-se numas pequenas contingências para beneficiar de dinheiros que se calhar não lhe pertenciam. -----

Efetivamente, as obras têm destas coisas, têm pequenas derrapagens, quer de preços, quer de tempo. E, às vezes, altamente justificáveis. Estamos a falar de uma área, como eu disse que o Sr. Deputado Alípio conhece muito bem, que era Presidente de Junta na altura, que expandiu a Vila de Alijó. Foi uma abertura total da Vila de Alijó para o resto do Concelho. Criou-se uma nova área urbana, onde era apenas uma área agrícola e depósito de lixo. Esses pequenos atrasos na obra do Estádio Municipal permitiram criar infraestruturas para ligação, quer ao Estádio Municipal, quer ao Largo da Feira, quer ao Centro de Saúde, que

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



se construiu logo de seguida. Portanto, esta abertura foi perfeitamente justificável. E digo mais: esta abertura permitiu também, estes pequenos atrasos, permitiram criar um espaço que agora vai ser utilizado, e bem, acho que carece apenas de uma modificação do PDM, o novo Quartel da GNR de Alijó. Portanto, a Vila de Alijó teve a sua maior expansão dos últimos anos, e esperamos que as coisas continuem assim. Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro.-----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): De facto, como o Sr. Deputado Cláudio disse, relativamente à força vinculativa daquilo que é uma decisão judicial transitada em julgado. Do pouco que saberei sobre isso, querer evitar o pagamento de uma quantia que foi discutida em tribunal, foi objeto de uma sentença, que transitou definitivamente em julgado, que não é passível de recurso, pôr isto em causa, é pura e simplesmente brincar com dinheiro público. Dizer também que esta dívida é uma boa dívida porque permitiu fazer uma série de obras complementares, é esquecer pura e simplesmente que esta dívida é um atestado de incompetência ao governo socialista de então na Câmara, porque se fizesse as coisas de forma pensada inicialmente, nada disto era necessário. A obra, se fosse calendarizada, fosse programada com cabeça, como devia ser, e se não se quisesse fazer apenas "show-off" com vista às eleições de 2009, se calhar hoje não tínhamos estes custos acrescidos para o Município. Curiosamente, é um Executivo que, mais de dez anos depois, tem que pagar. A festa, de facto, como dizia uma ministra da Educação de má memória, a festa foi bonita, pá!-----

PRESIDENTE DA MESA: Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se quer acrescentar mais algum esclarecimento sobre este tema.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Só um curto esclarecimento, que há bocadinho me esqueci de dar, quando o Sr. Presidente de Junta António Fernandes aqui falou, quanto ao PDM relativamente à obra da Senhora da Piedade. Está completamente, jamais me atreveria a lançar um concurso desta grandeza se não estivesse munido de todos os pareceres necessários para que ela possa avançar. Aliás, esta e todas as outras.-----

Queria dizer só, relativamente a este último ponto, que se no que concerne à ACA, ao valor de duzentos e cinquenta e seis mil euros, que se trata de um pedido de indemnização e de pagamento de juros por terem mandado executar a obra, por terem obrigado a intervir naquela obra, já no que diz respeito à José Santos Fernandes & Filhos, são obras físicas, realizadas e medidas pela equipa técnica da Câmara Municipal. Tudo isto foi confirmado. Portanto, estamos a falar de coisas diferentes.-----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 9 – 34.ª modificação aos Documentos Previsionais 2019 – Revisão**, tendo sido aprovado, por maioria, com 26 (vinte e seis) votos a favor e 9 (nove) abstenções, sendo que os votos foram assim distribuídos:-----

A favor:-----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (18).-----

Bancada do PS (6): Marlene de Jesus Martins Teixeira Henrique, Fernando Gerardo Alves de Sousa, Luís Horácio Macedo dos Santos, Joaquim Augusto dos Santos Veloso, Carla Alexandra da Costa Pereira Miranda e Sandra Maria Pinto Magalhães Pereira Moutinho. ---

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



Bancada do BE (2). -----

Abstenção: -----

Bancada do PS (9): Alípio de Almeida Alves, António Joaquim Fernandes, Cláudio Miguel da Cruz Vilela, Estela Maria de Jesus Teixeira, Evaristo José Luxo Hipólito, Filomena Margarida Gonçalves Marques, Luís Manuel da Silva Lameiras, Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias e Pedro Miguel Guedes Madureira Espírito Santo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 10 – Alteração ao Plano Diretor Municipal de Alijó – Relatório de Ponderação da discussão pública.** Dá a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara para introduzir o assunto. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito boa tarde. Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Esta apresentação, à alteração do PDM, teve por base uma alteração legislativa no ano 2014 que permitiu um regime excecional de regularização das atividades industriais em algumas áreas, entre as quais as empresas de gestão de resíduos. Nesse sentido, tivemos uma empresa do Município de Alijó que pediu uma regularização da área na zona industrial, a Palmiresíduos, e daí que iniciou todo o processo de regularização.-----

Portanto, apesar de ser uma alteração ao PDM, e ao contrário do que depois aconteceu na participação pública, em que as pessoas não perceberam o fundamento desta alteração e fizeram algumas sugestões, em termos de alteração de áreas urbanas, apenas vinculava a esta restrição de alteração dos regimes da regularização de algumas atividades industriais. Nesse sentido, nos trâmites normais de qualquer alteração, houve decisões em reunião de Câmara, reuniões de concertação com o CCDR, consulta pública, e nesta consulta, volto a repetir, houve quatro participações, sendo que nenhuma sobre o assunto em causa, mas sobre alterações que, em princípio entre 2020 e 2021 iniciaremos na Comissão do PDM. ----
Aí sim, será o fórum para este tipo de participações. Foi feito um relatório, foi apresentado, foi a reunião de Câmara, e portanto este é o último procedimento legal, que é a vinculação e a apresentação à Assembleia Municipal para aprovação. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período de inscrição. Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Ora então, como está esta reunião a chegar ao fim, queria deixar aqui duas notas. Não sei se o Sr. Presidente as vai aceitar ou não. Uma é que esta Câmara tem recorrido, para além de todos os funcionários que admitiu, ainda tem recorrido aos CEI e CEI+. Os programas para recrutar pessoal. Não há nenhuma ilegalidade nisso. Só que há uma ilegalidade moral. Sabe qual é Sr. Presidente? É que as pessoas que vêm para a Câmara, depois as Associações e as Juntas de Freguesia que venham recrutar, não as tenham. É só por isso, e não é de bom tom a Câmara estar a absorver essa gente e deixar as Associações sem ninguém. -----

Outra, é para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara, porque eu já estou a prever o que vai acontecer. Sr. Presidente da Câmara, lamenta, com certeza com razão, de que não têm empreiteiros para executar as obras. Eu até posso admitir e concordar, porque à Junta de Freguesia acontece a mesma coisa. Também, às vezes querem trabalhar e também não

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019



têm empreiteiros. Daí eu compreender também essa situação. Só espero é que mais tarde não venham depois dizer que as Juntas que não cumpriram o programa.-----

Por último, mas mesmo por último, e para finalizar, queria desejar um bom Natal, porque é a última Assembleia do ano, é o último ponto em discussão. Queria dizer que, pese embora algumas coisas que aqui se passaram, quero desejar um bom Natal, um bom princípio de ano ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia também, e mesmo àqueles que se portaram mal comigo. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Quero apenas dizer que, claro, é uma extensão do Concelho, e vamos votar favoravelmente este documento do PDM, assim como votaremos outros, como referi há pouco, na questão do quartel da GNR. -----

Queria também aproveitar a oportunidade, já que estou no uso da palavra, e sei que o Sr. Presidente, apesar de me desviar, não me vai tirar a palavra no momento. Queria aproveitar para desejar um bom Natal e um feliz Ano Novo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. e aos Srs. Vereadores, às Sras. e aos Srs. Deputados, a todo o público aqui presente, que teve a paciência de nos ouvir aqui durante esta tarde chuvosa, e queria desejar também a todos os munícipes sem exceção, um bom Natal e um feliz Ano Novo. E que o ano de 2020 nos traga tudo aquilo que nós mais desejamos para o Concelho de Alijó e para o seu desenvolvimento. Muito obrigado. Bom Natal a todos.-----

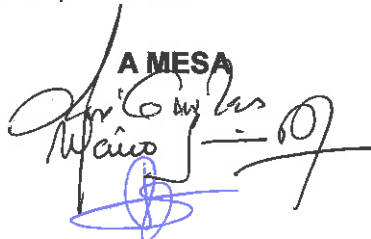
PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o **PONTO 10 – Alteração ao Plano Diretor Municipal de Alijó – Relatório de Ponderação da discussão pública**, tendo sido aprovado, por unanimidade, com 35 votos. -----

Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta. -----

Terminadas as intervenções dos Srs. Deputados no período da ordem do dia, e não havendo, entre o público, cidadãos que pretendam participar da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão, fazendo votos de Boas Festas para todos os presentes. -----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 28/02/2020, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA


Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 26-11-2019